

SEPLAN
SECRETARIA DE
ESTADO DE
PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento
Rua Júlio Domingos de Campos, s/n –
Centro Político Administrativo – CPA
Cuiabá – MT / CEP: 78.049-903
Telefone: (65) 3613-3281
www.seplan.mt.gov.br

BOLETIM n. 2 | 2016

CONJUNTURA ECONÔMICA DE MATO GROSSO

1º e 2º Quadrimestre 2016

Governo do Estado de Mato Grosso

José Pedro Gonçalves Taques
Governador

Secretaria de Estado de Planejamento

Gustavo Pinto Coelho de Oliveira
Secretário

Secretaria Adj. de Inf. Socioeconômicas, Geog. e Indicadores

Reinhard Rammingner
Secretário-Adjunto

Superintendência de Estudos Socioeconômicos e Geográficos

Antônio Abutakka
Superintendente

Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos

Breno Antunes
Cedilson Cunha
Eduardo Matsubara
Elienai Carrias da Silva
Gilberto Moreno
José Francisco Ourives
Júnior José Amorim
Nilson Olívio Oliveira
Vallência Maíra Gomes (Coordenadora)

Equipe de Conjuntura Econômica

Júnior José Amorim
Vallência Maíra Gomes

SUMÁRIO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA DO EUA	04
2. CONJUNTURA ECONÔMICA DA CHINA	14
3. CONJUNTURA ECONÔMICA DO BRASIL	21
4. CONJUNTURA ECONÔMICA DE MATO GROSSO	35
5. FINANÇAS PÚBLICAS DE MATO GROSSO	49

APRESENTAÇÃO

O boletim de Conjuntura Econômica de Mato Grosso, elaborado pela equipe de Conjuntura da Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos da SI/SEPLAN-MT, tem por objetivo apresentar trimestralmente o desempenho da economia mato-grossense fornecendo subsídios, de forma geral a sociedade e, em especial, aos gestores públicos na elaboração de políticas públicas para o planejamento do estado.

Está entre as competências da SEPLAN-MT realizar estudos econômicos e atribuiu a CES, dentre outras, elaborar e disponibilizar estudos sobre a conjuntura socioeconômica do estado.

Os indicadores aqui apresentados refletem um acompanhamento da economia internacional, especialmente EUA e China, nacional e mato-grossense e os dados analisados referem-se ao Comércio Exterior, Inflação, Juros, Nível de Endividamento, Nível das Operações de Crédito, Agropecuária, Indústria, Comércio Varejista e Serviços, Emprego e Rendimento, bem como as Finanças Públicas de Mato Grosso.

Para a elaboração deste documento foram utilizadas fonte de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego/Cadastro de Empregados e Desempregados (MTE/CAGED); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/SECEX), Banco Central do Brasil (BCB), Ministério da Fazenda/Confaz, Portal Transparência de Mato Grosso e, ainda, o portal *Trading Economics*, que fornece estatísticas econômicas mundiais.

Texto elaborado entre 15/08 a 28/09.

INTRODUÇÃO

As ações econômicas desenvolvidas pelos agentes econômicos são em muito influenciadas pelos agentes políticos com leis, regulamentação, protecionismo e ainda políticas fiscais e monetárias. Deste modo, a depender da prevalência do agente em maior ou menor grau, essa simbiose econômica negativa tende a refletir a dinâmica econômica dos países.

Neste trabalho, busca-se descrever, ante impreterível uso de teoria econômica, como há de ser qualquer análise econômica básica, a atual dinâmica das economias dos Estados Unidos, China, Brasil e Mato Grosso. Diante breve descrição, realizar-se-á diagnósticos e possíveis prognósticos econômicos, divididos em quatro partes para as referidas economias.

É importante destacar que as economias do EUA e China, dentre diversos países, serão explicitamente detalhadas neste trabalho visto que, a primeira, exerce forte influência econômica mundial a partir de sua moeda e consumo e, a segunda, estabelece grande relações comerciais com o EUA, Brasil e Mato Grosso. Ressalta-se, ainda, que para este Segundo Boletim Quadrimestral de Conjuntura Econômica de Mato Grosso fez-se o esforço de reconsiderar comportamentos passados da economia mundial, nacional e local, apresentando indicadores em séries temporais, para fundamentar e contextualizar as ações econômicas, suas consequências e seus desdobramentos recentes na economia de Mato Grosso. Sendo assim, para explicação dos ciclos econômicos torna-se necessário à apresentação de diferentes períodos de tempos, pois as ações econômicas têm seus efeitos encadeados diferentemente ao longo do tempo por conta da natureza de comportamento de cada variável econômica.

Por fim, busca-se neste Boletim apresentar o contexto macroeconômico ao qual Mato Grosso está inserido, evidenciando-se assim, de forma prática, a real conjuntura econômica mundial para toda a sociedade e ao nível estratégico e político de Governo.

PARTE 1 – ESTADOS UNIDOS

Conjuntura Econômica do EUA

É fundamental, nesta primeira parte da análise, verificar a expansão da base monetária americana (**Ilustração 1**) e o comportamento da taxa de inflação, que variou pouco em torno de 1% (**Ilustração 2**), não obstante juro de 0,5% (**Ilustração 3**), pois desta forma eis, desde já, a explicação para o baixo crescimento dos EUA: A expansão monetária não se converteu em expansão creditícia.

Em termos mais simples, o dinheiro das pessoas, mantidos em sua posse ou em reservas bancárias, e as próprias reservas dos bancos não estão ingressando na economia real, na quantidade e velocidade que o FED¹ almeja. Consumo e investimentos têm se mantido baixos, conseqüentemente, não puxando a economia, mantendo o PIB americano 5 trimestres em crescimento a taxas decrescentes (**Ilustração 4**).

Ilustração 1. Agregado Monetário M0 EUA, em milhões de dólares, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics / Federal Reserve

Ilustração 2. Taxa de Inflação EUA, em percentual, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Labor Statistics, 2016.

¹ Federal Reserve (FED) é o banco central dos Estados Unidos.

Ilustração 3. Taxa de Juros EUA, em percentual, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/Federal Reserve, 2016

Ilustração 4. PIB Total EUA, Taxa de Crescimento Trimestral (em relação ao mesmo período do ano anterior), 1T 2014 - 2T 2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Economic Analysis, 2016.

Atividades Econômica específicas

Embora tenha-se apresentado logo de início a elucidação do baixo crescimento econômico americano, faz-se necessário, porém, a demonstração ampliada do contexto econômico diante outros indicadores da economia americana.

Em resumo:

- i) Licenças para construção estagnadas com tendência de quedas (**Ilustração 5**);
- ii) produção industrial negativa (**Ilustração 6**);
- iii) vendas no varejo em tendência declinante desde meados 2011 (**Ilustração 7**);
- iv) lucros das empresas em queda (**Ilustração 8**);

v) crescente número de falência de empresas nos três últimos trimestres - 4º trimestre de 2015 e os 2 primeiros trimestres de 2016 - (**Ilustração 9**);

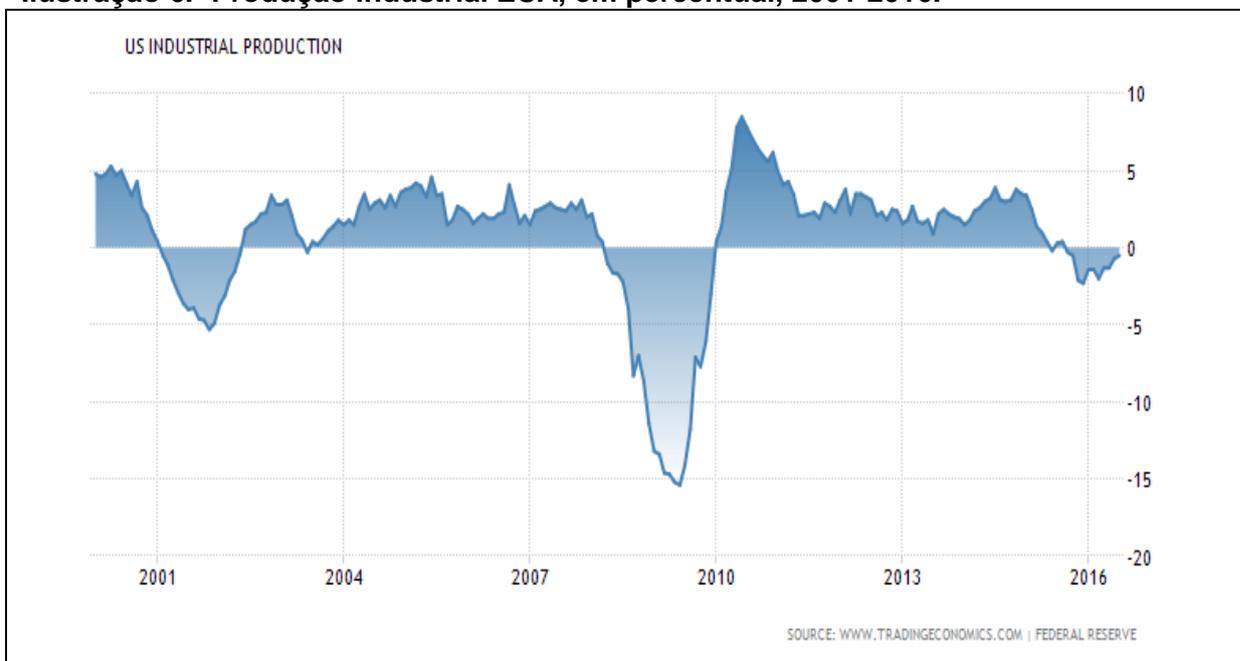
São os indicadores elencados que traduzem as consequências da perda de fôlego da economia americana, refletindo em baixo crescimento econômico.

Ilustração 5. Licenças de Construção, em mil unidades, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/u.s. Census Bureau, 2016.

Ilustração 6. Produção Industrial EUA, em percentual, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/Federal Reserve, 2016.

Ilustração 7. Vendas no varejo EUA, variação percentual, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Census Bureau, 2016.

Ilustração 8. Lucro das Empresas EUA, em bilhões de dólares, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Economics Analysis, 2016.

Ilustração 9. Número de Falências EUA, em unidades, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/Administrative Office of the U.S. Courts, 2016.

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego tem se mantido baixa, em torno 5% (**Ilustração 10**). Entretanto, o emprego é uma das últimas atividades afetadas num processo de retração econômica.

Tais indicadores mostram que, não obstante, a taxa de desemprego esteja ainda estabilizada em níveis baixos, a taxa de ocupação da população americana em idade de trabalhar, mantém-se, no ano 2016, praticamente estagnada, em 59,7% (**Ilustração 11**), enquanto no período pré-crise essa proporção era de aproximadamente 63% (2007).

Ilustração 10. Taxa de desemprego EUA, em percentual, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Census Bureau, 2016.

Ilustração 11. Nível de Emprego² EUA, em percentual, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Labor Statistics, 2016.

²A estatística do Trading Economics faz referência a Taxa de Emprego, entretanto essa estatística no Brasil tem designação de nível de ocupação (população ocupada em relação a população economicamente ativa). A taxa de emprego no Brasil seria o inverso da taxa de desemprego (desocupação).

Exportações e Importações

A retração do consumo interno americano implica em menor aquisição de matérias primas ou mesmo produtos de consumo, reduzindo as importações (**Ilustração 12**). Situação essa agravada pela retração de consumo de outros países, dado os contextos econômicos locais e desvalorização de suas moedas, o que implica em redução das exportações (**Ilustração 13**).

Ilustração 12. Importações EUA, em milhões de dólares, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Census Bureau, 2016.

Ilustração 13. Exportações EUA, em milhões de dólares, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Census Bureau, 2016.

Produto Interno Bruto

O setor de Serviços é, dentre os setores do PIB elencados, o único a apresentar crescimento praticamente constante ao longo tempo (**Ilustração 17**). O setor da Manufatura, Indústria Extrativa e Agricultura apresentam um relativo longo período de queda, conseqüentemente o

PIB agregado (soma de todas as atividades econômicas) vem em queda desde o 2º trimestre de 2015 (**Ilustração 14 a 18**).

Ilustração 14. PIB da Manufatura EUA, em bilhões de dólares, 2006-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Economics Analysis, 2016.

Ilustração 15. PIB da Indústria Extrativista EUA, em bilhões de dólares, 2006-2016.



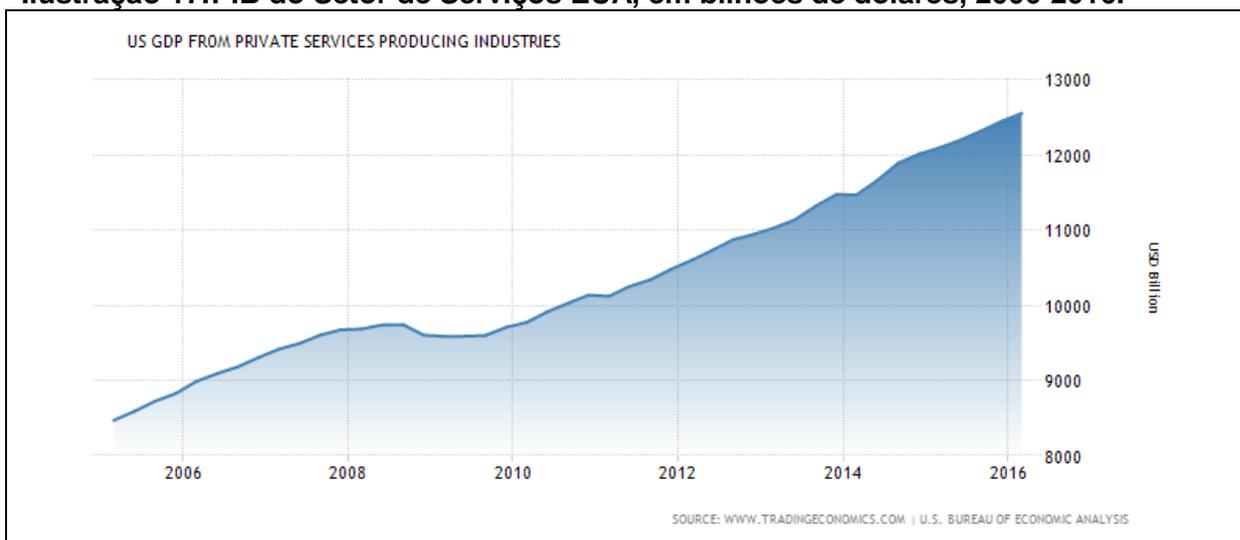
Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Economics Analysis, 2016.

Ilustração 16. PIB da Agricultura EUA, em bilhões de dólares, 2006-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Economics Analysis, 2016.

Ilustração 17. PIB do Setor de Serviços EUA, em bilhões de dólares, 2006-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Economics Analysis, 2016.

A apresentação de variados aspectos da dinâmica econômica, ilustrada por meio de indicadores, constata-se, em termos teóricos, que os Estados Unidos se encontra em processo de contração e sinaliza uma estagnação econômica. Diante disso, duas implicações surgem em relação à moeda americana. Internamente, os preços tendem a diminuir por conta da diminuição no ritmo de consumo; e, externamente, dada a retração de circulação de moeda (dólar) no mercado mundial, deve pressionar a valorização mundial do dólar frente moedas locais (variação a depender da atuação de seus bancos centrais).

Ilustração 18. PIB Total EUA, Taxa de Crescimento Trimestral (em relação ao mesmo período do ano anterior), 1T 2001 - 2T 2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Economics Analysis, 2016.

Conclusão

A quantidade de dinheiro injetada (desde 2008) e acumulada pelo FED no setor bancário (M0) é da ordem aproximada de 2,6 trilhões de dólares. Esse volume financeiro, aliado a baixa taxa de juros não tem cativado consumidores nem investidores. Dessa forma, esse dinheiro não adentra a economia real e não fomenta a economia, não elevando o consumo e mantendo os preços em tendência de queda como verificado pela taxa de inflação. Como esse dinheiro foi apenas criado pelo FED e dado para os bancos em troca dos títulos “podres”, os bancos tem muita reserva financeira, estas ainda sendo remuneradas junto ao FED. Para os bancos não fazer nada, já é lucro. Por outro lado, mesmo o crédito barato a taxas de juros extremamente baixas, não há por parte do setor privado (consumidores e investidores) ânimo em investir. O Governo americano, nesse caso, não tem como intervir diretamente obrigando os bancos a emprestar, pois o dinheiro não lhes pertence. Todavia, mesmo se pudesse, o problema é que as pessoas não estão buscando crédito. Por outro lado, para realizar investimentos ao modo artificial keynesiano de aditivar a economia, esbarra-se na questão de aumento da dívida pública, que implica em aumento de gastos do governo com o serviço de tal dívida, o que requer elevação de impostos, coisa que a despeito de toda influência do keynesianismo, não é aceito de modo tão simples, quanto é no Brasil.

Ilustração 19. Dívida Pública em relação ao PIB EUA, em percentual, 2000-2015.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Public Debt, 2016.

Ilustração 20. Dívida das Famílias em relação ao PIB EUA, em percentual, 2000-2016.



Fonte: Tradingeconomics/U.S. Bureau of Public Debt, 2016.

A indefinição sobre a elevação dos juros americanos vem se alongando, e surge no horizonte a questão sobre juros ainda menores ou a introdução de juros negativos na pauta teórica de debate sobre as próximas medidas do FED, embora a tendência mais provável ao contexto atual seja uma pequena elevação nos próximos meses. Por fim, contrariamente, ao que postulam a maior parte dos economistas, em um cenário de crescimento baixo e com baixa inflação, ou ainda deflação, os EUA estão, ainda, em uma situação econômica bem tranquila, pois, em linhas gerais, isso implica em poder de ganho real da moeda.

PARTE 2 – CHINA

Conjuntura Econômica da China

A economia chinesa vem sendo fortemente afetada pelas políticas de fomento ao crédito interno levada a cabo por seu governo. Tal ação é refletida no nível de endividamento das famílias a partir de 2009³.

Dívidas e Juros

Nota-se claramente, na **Ilustração 21**, o crescimento constante das dívidas das famílias a partir de 2009, bem como, deve-se notar com a devida precedência de causalidade que acompanha essa tendência, a queda da taxa de juros pós 2008 (**Ilustração 22**).

Ilustração 21. Dívida das Famílias Chinesas em relação ao PIB, em percentual, 2006-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ Bank for International Settlements, 2016.

³O crescimento das dívidas famílias em 2007 foi causado por reduções anteriores da taxa de juros, que estavam em 11% nos anos 90, e entre 2003 e 2004 chegou a 5,3%.

Ilustração 22. Taxa de Juros da China, em percentual, 2000-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ Bank for International Settlements, 2016.

Exportações e PIB

Diante à retração das exportações (por conta dos efeitos da crise mundial de 2008), que se refletiu direta e negativamente na taxa de crescimento do PIB, o governo chinês realizou políticas de direcionamento de investimentos públicos (**Ilustração 32 e 33**) a fim de fomentar a economia interna.

A partir de 2010, as exportações chinesas retomam com força (**Ilustração 23**). Tal situação decorre da então fragilidade do dólar, que nesse período passa por uma desvalorização mundial, dado crescente volume de injeção de dólares feito até então pelo FED. Com essa desvalorização do dólar o poder de compra da moeda dos demais países tende a aumentar, e impulsiona tanto as importações quanto as exportações.

Ilustração 23. Exportações da China, em cem milhões de dólares, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ Bank for International Settlements, 2016.

Os efeitos artificiais de uma expansão monetária/creditícia e investimentos direcionados pelo governo em construção civil (**Ilustração 24 e 25**) geraram na economia chinesa efeitos artificialmente positivos em 2010, com PIB crescendo a 12% (**Ilustração 26**). Entretanto, como há de ser com toda expansão artificial de crédito e investimentos públicos via direcionamentos políticos, os efeitos positivos são efêmeros (curto prazo), porém seu resultado derradeiro e real são em médio e longo prazo baixo crescimento econômico ou mesmo retração.

Ilustração 24. Ilustração Produção de Cimento - Dez Mil Toneladas



Fonte: Tradingeconomics/ National Bureau of Statistics of China, 2016.

Ilustração 25. Ilustração Produção de aço – Mil Toneladas



Fonte: Tradingeconomics/ World Steel Association, 2016.

Ilustração 26. PIB China, Taxa de Crescimento Trimestral (em relação ao mesmo período do ano anterior), 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ National Bureau of Statistics of China, 2016.

Inflação e Agregado Monetário M1

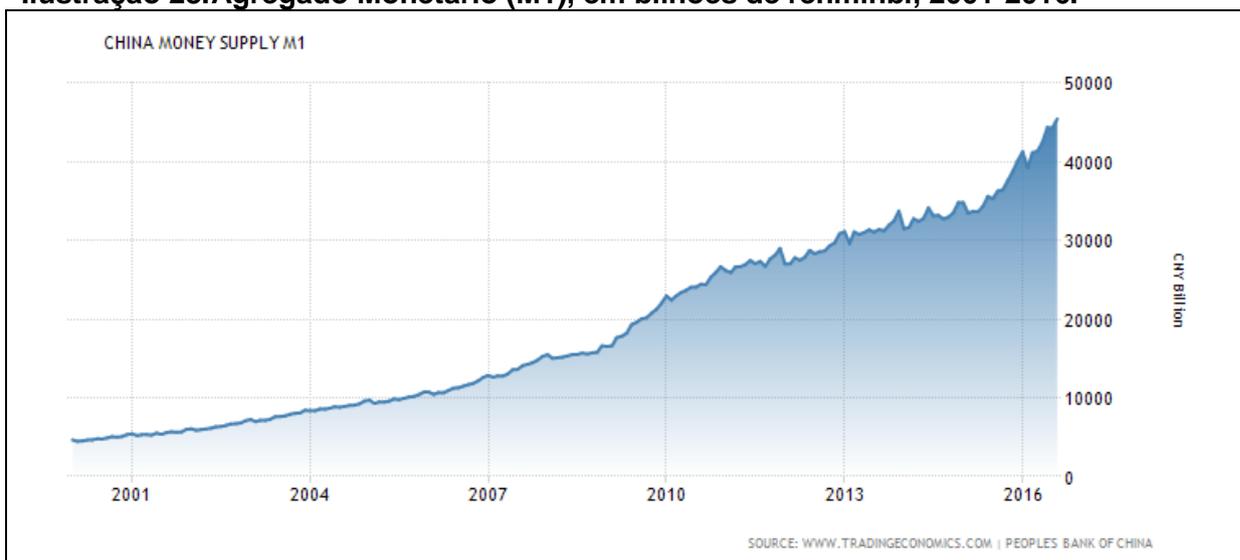
Embora se observe uma taxa de juros em níveis históricos mais baixos (**Ilustração 22**), a expansão monetária não tem se refletida em consumo e investimento (ou seja, expansão de crédito) (**Ilustrações 28 e 29**), conforme se verifica com a taxa de inflação variando, com tendência de queda, pouco abaixo dos 2% (**Ilustração 27**).

Ilustração 27. Taxa de Inflação da China, em percentual, 2001-2016.



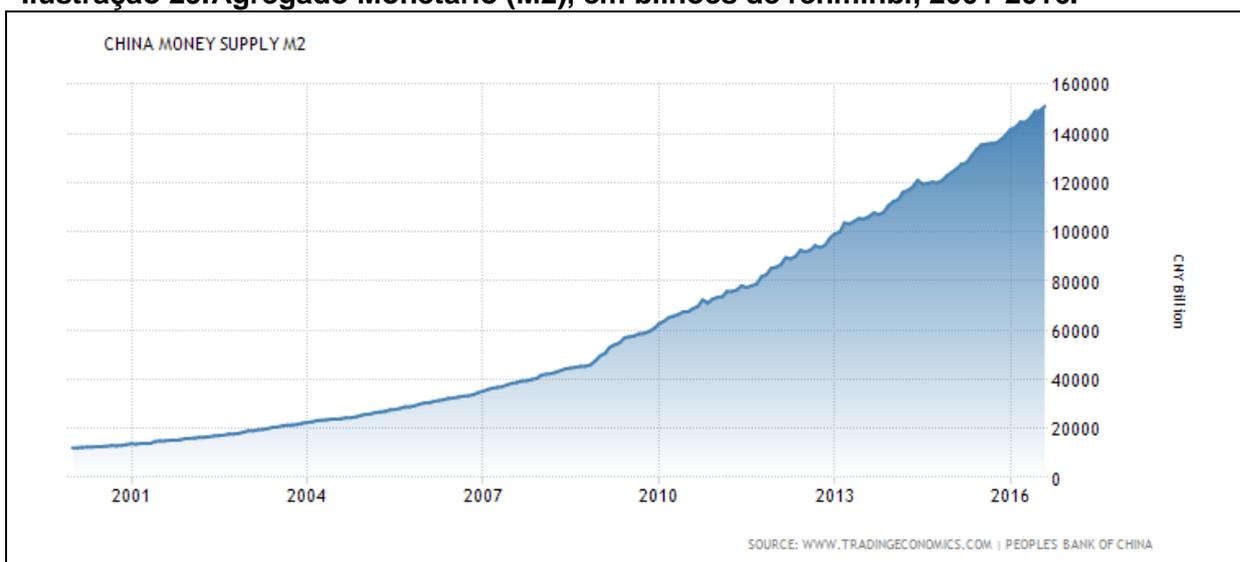
Fonte: Tradingeconomics/ National Bureau of Statistics of China, 2016.

Ilustração 28. Agregado Monetário (M1), em bilhões de renminbi, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ Peoples Bank of China, 2016.

Ilustração 29. Agregado Monetário (M2), em bilhões de renminbi, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ Peoples Bank of China, 2016.

Conclusão

Dessa forma, crescendo menos, consome-se menos, interna e externamente, causando redução dos preços internos (inflação baixa) e retração das importações (**Ilustração 30**).

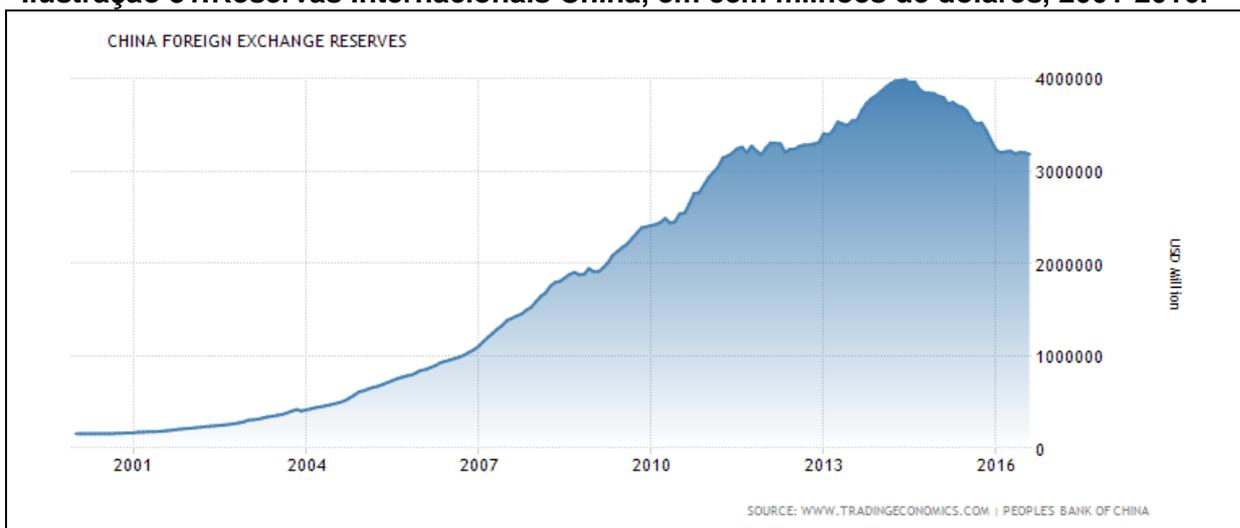
As importações chinesas têm diminuído, ou seja, o consumo de produtos pelos chineses vem sofrendo retração. Isso tem implicações pertinentes para o Brasil/Mato Grosso, pois, denota-se que diante a retração do consumo interno chinês, tende-se a demandar menos matéria prima (commodities) como ferro e soja. Isso tem impacto negativo na precificação dos preços das commodities, resultando tanto em preços internacionais menores, quanto em menores receitas para os produtores (a depender do câmbio local).

Ilustração 30. Importação China, em cem milhões de dólares, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ General Administration of Customs, 2016.

Ilustração 31. Reservas Internacionais China, em cem milhões de dólares, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ Peoples Bank of China, 2016.

Uma ressalva se faz em relação a mais investimentos diretos e direcionados na economia chinesa (ou em qualquer economia) via governo. Uma injeção direta de gastos governamentais (**Ilustração 32 e 33**) pode em algum grau ocasionar crescimento no curto prazo (**Ilustração 26**). Porém, diante tais investimentos públicos e privados para demandas artificiais⁴, inevitavelmente, acarretarão, endividamento público (**Ilustração 33**) e privado, aumento de impostos, elevação de inflação, elevação de juros. E finalmente, no inevitável reajuste econômico, haverá fechamento de empresas e prejuízos por empreendimentos erroneamente avaliados, finalizando com elevação do desemprego e redução da renda dos trabalhadores.

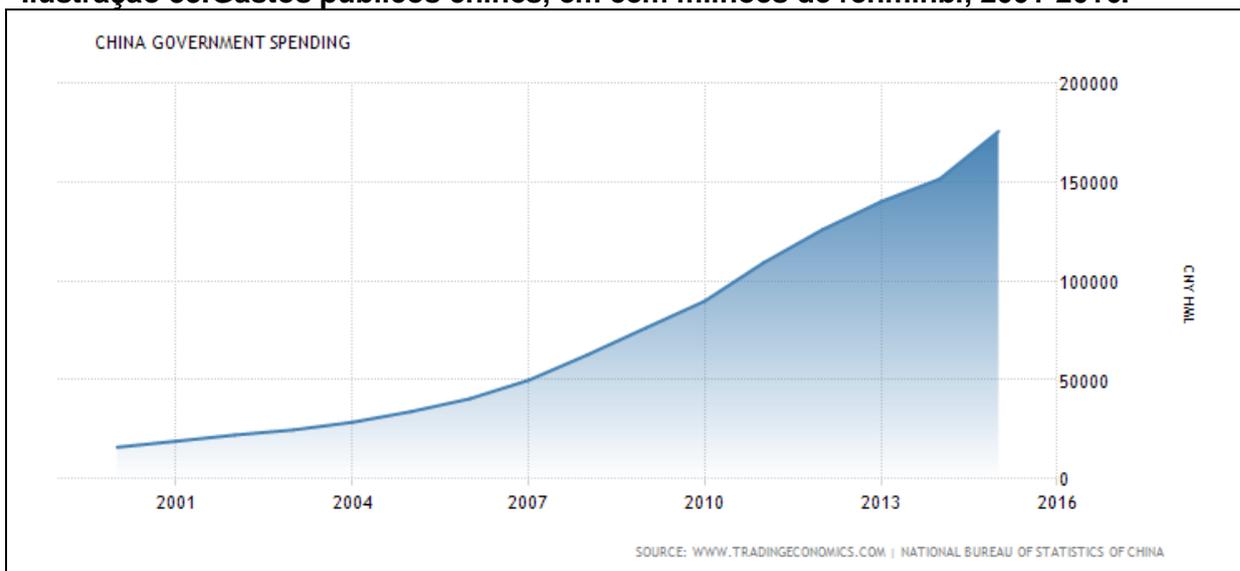
⁴ Quando investimentos são orientados e realizados não via poupança real dos agentes econômicos, mas via endividamento público por meio de redução “a força” da taxa de juros principalmente via incentivos políticos de Bancos Públicos.

Ilustração 32. Dívida Pública em relação ao PIB China, em percentual, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ IMF, 2016.

Ilustração 33. Gastos públicos chinês, em cem milhões de renminbi, 2001-2016.



Fonte: Tradingeconomics/ National Bureau of Statistics of China, 2016.

PARTE 3 – BRASIL

Conjuntura Econômica do Brasil

A economia brasileira segue em processo de forte retração. No acumulado ao longo do ano 2016 (primeiro semestre), o PIB apresentou recuo de 4,6% em relação ao mesmo período de 2015, conforme publicado pelo IBGE (**Tabela 1**). São 9 trimestres seguidos de taxas negativas de crescimento do PIB (**Ilustração 35 e 36**).

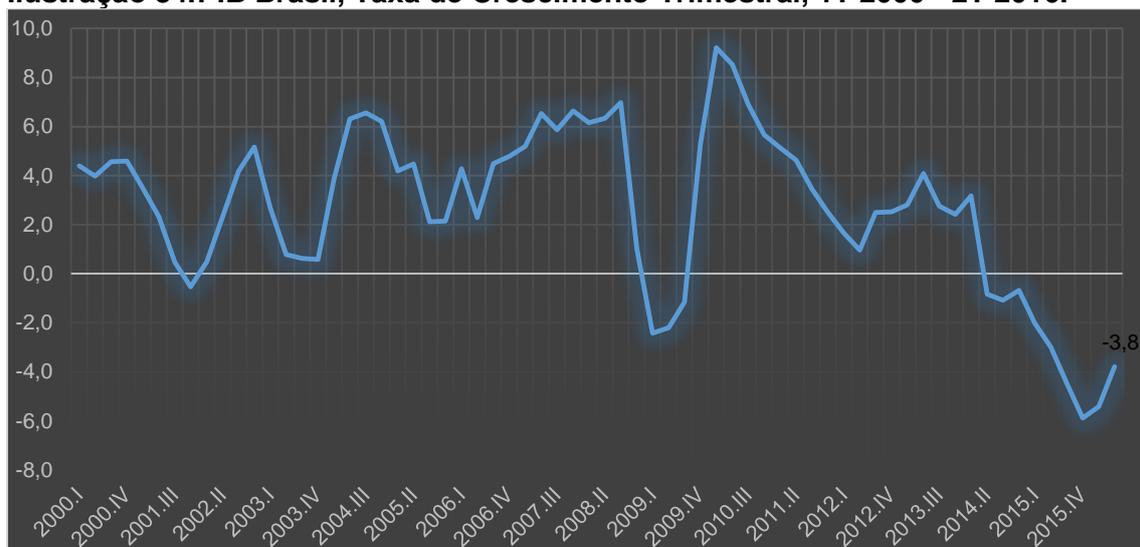
Tabela 1. Variações Percentuais do PIB Trimestral do Brasil, 1T 2015 a 2T 2016.

	Trimestre / trimestre anterior (com ajuste sazonal)	Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior
1ºT 2015	-1,0	-2,0	-2,0
2ºT 2015	-2,3	-3,0	-2,5
3ºT 2015	-1,5	-4,5	-3,2
4º T 2015	-1,3	-5,9	-3,8
1ºT 2016	-0,4	-5,4	-5,4
2ºT 2016	-0,6	-3,8	-4,6

Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais, agosto/2016.

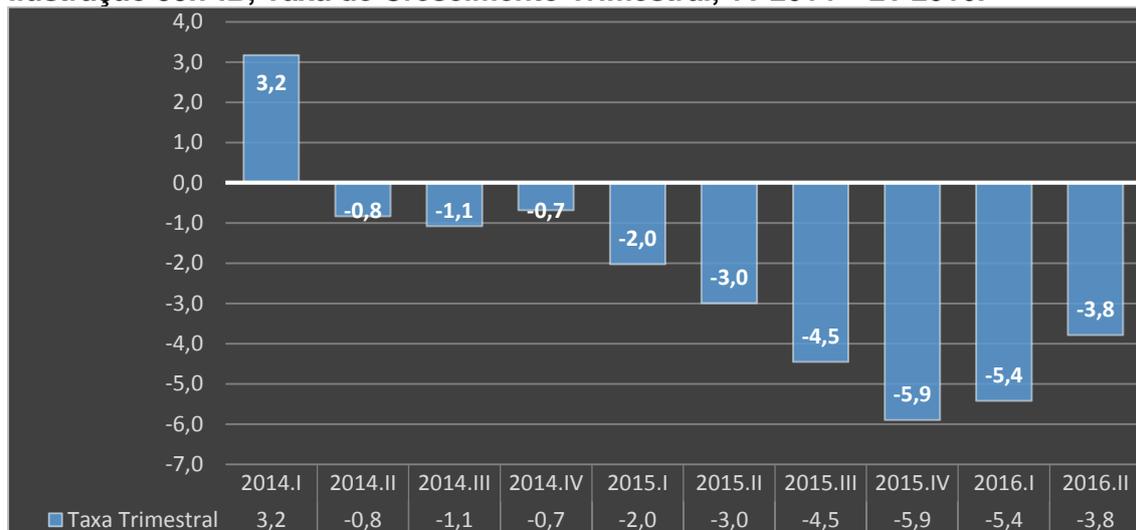
Atividade Econômica em Agregados – PIB

Ilustração 34. PIB Brasil, Taxa de Crescimento Trimestral, 1T 2000 - 2T 2016.



Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais, agosto/2016.

Ilustração 35. PIB, Taxa de Crescimento Trimestral, 1T 2014 – 2T 2016.



Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais, agosto/2016.

Dívida Pública, Agregados Monetários, Juros, Crédito e seus Efeitos sobre a Renda e o Emprego

Déficit Nominal

O déficit nominal do governo geral alcançou no acumulado de Janeiro a Junho de 2016 197 bilhões de Reais, aproximadamente 6,53% do PIB. No acumulado dos 12 meses anteriores, essa cifra alcança 9,96% do PIB. Em linhas gerais, isso significa que, o total que o governo arrecadou em tributos, não foi o suficiente para cobrir suas despesas.

Dívida Bruta do Governo

Como mensalmente o governo gasta mais do que arrecada sua dívida bruta alcançou em Junho de 2016, a quantia de 4,1 trilhões de reais, o equivalente a 68,5% do PIB.

Agregados Monetários

Para manter as atividades correntes o tesouro nacional, continua em sua política de emissão de títulos públicos da dívida. Os títulos públicos se encontram nos agregados M3 e M4 (boa parte tem remuneração atrelada a SELIC ou IPCA).

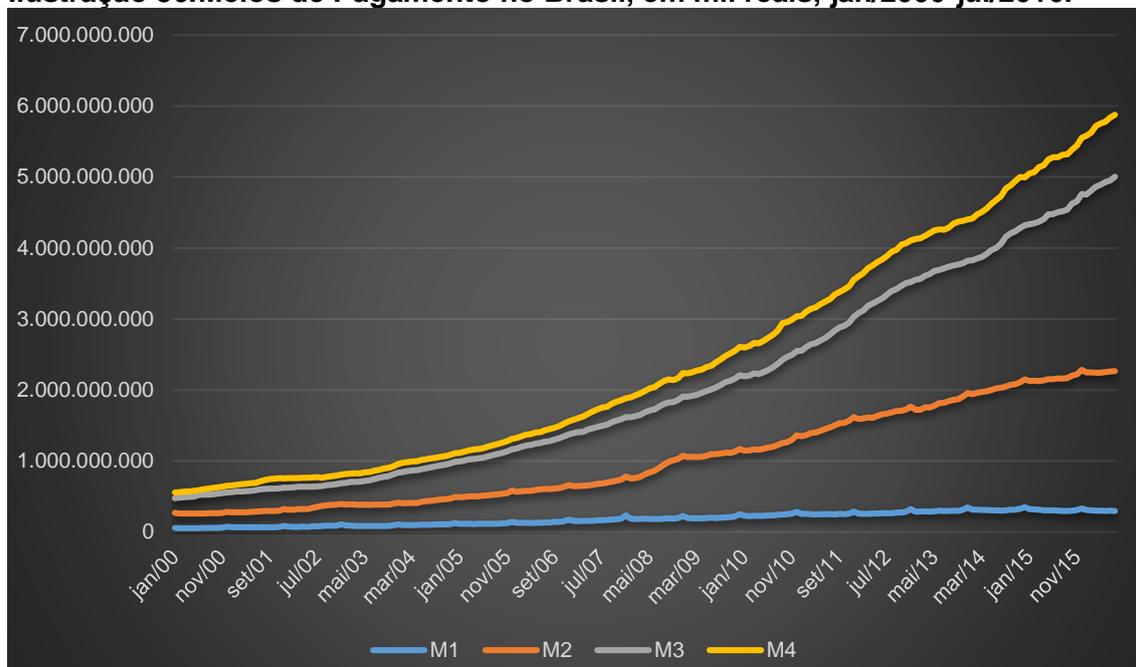
A **Ilustração 36** é bastante elucidativa, pois se verifica a perda da velocidade (M1⁵ e M2⁶) de inserção de moeda na economia real, o que reduz a elevação dos preços (taxa de inflação). No M2 é possível verificar o crescimento exponencial desse agregado monetário em 2008. Já em 2016, vê-se como a expansão é praticamente nula. No M1, é possível verificar a retração no volume de crédito na economia desde 2015, isso na

⁵Segundo o Banco Central do Brasil em relação aos agregados monetários, o M1 é gerado pelas instituições emissoras de haveres estritamente monetários, ou seja, “papel moeda em poder do público + depósitos à vista”.

⁶O M2 corresponde ao M1 e às demais emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias - as que realizam multiplicação de crédito, ou seja, “M1 + depósitos especiais remunerados + depósitos de poupança + títulos emitidos por instituições depositárias”.

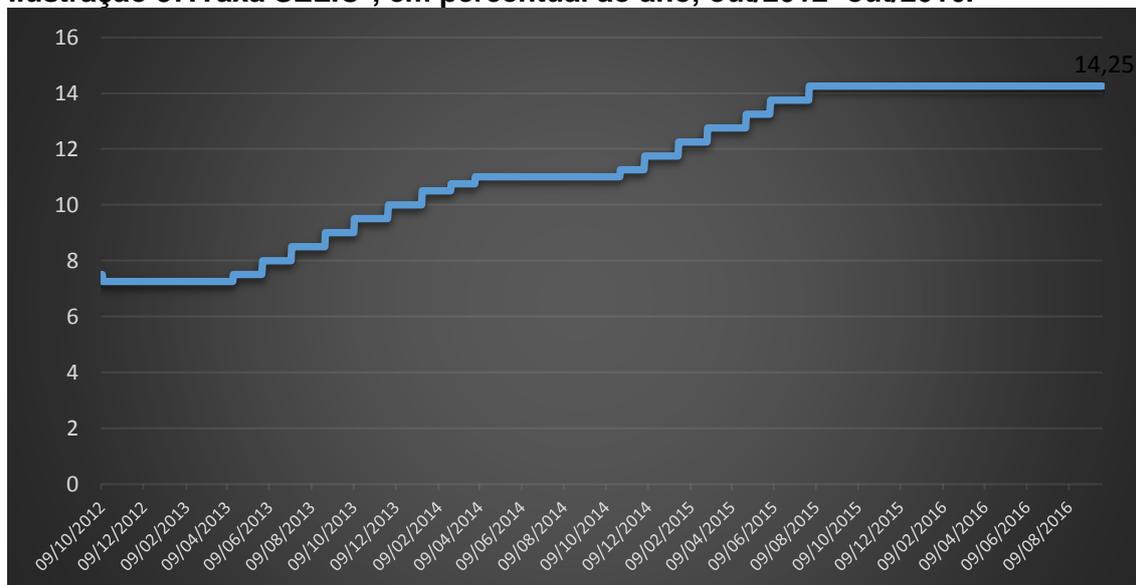
prática significa baixo consumo e baixo investimento. Entretanto, é possível visualizar como o governo continua a inundar o sistema financeiro com títulos (M3⁷ e M4⁸) a fim de se financiar (por conta de seus déficits) o que inevitavelmente é uma ação inflacionária.

Ilustração 36. Meios de Pagamento no Brasil, em mil reais, jan/2000-jul/2016.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

Ilustração 37. Taxa SELIC*, em percentual ao ano, out/2012 -out/2016.

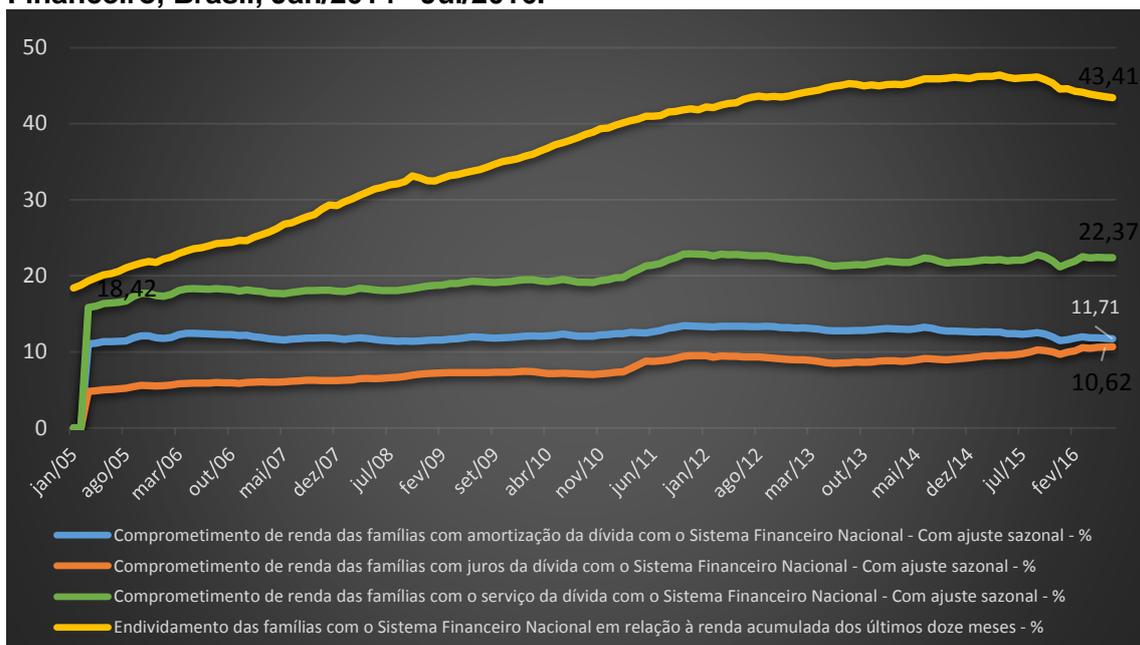


Fonte: Banco Central do Brasil, 2016. * Meta definida pelo Comitê de Política Monetária - Copom.

⁷ O M3 é composto pelo M2 e captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), isto é, “M2 + quotas de fundos de renda fixa + operações compromissadas registradas no Selic”.

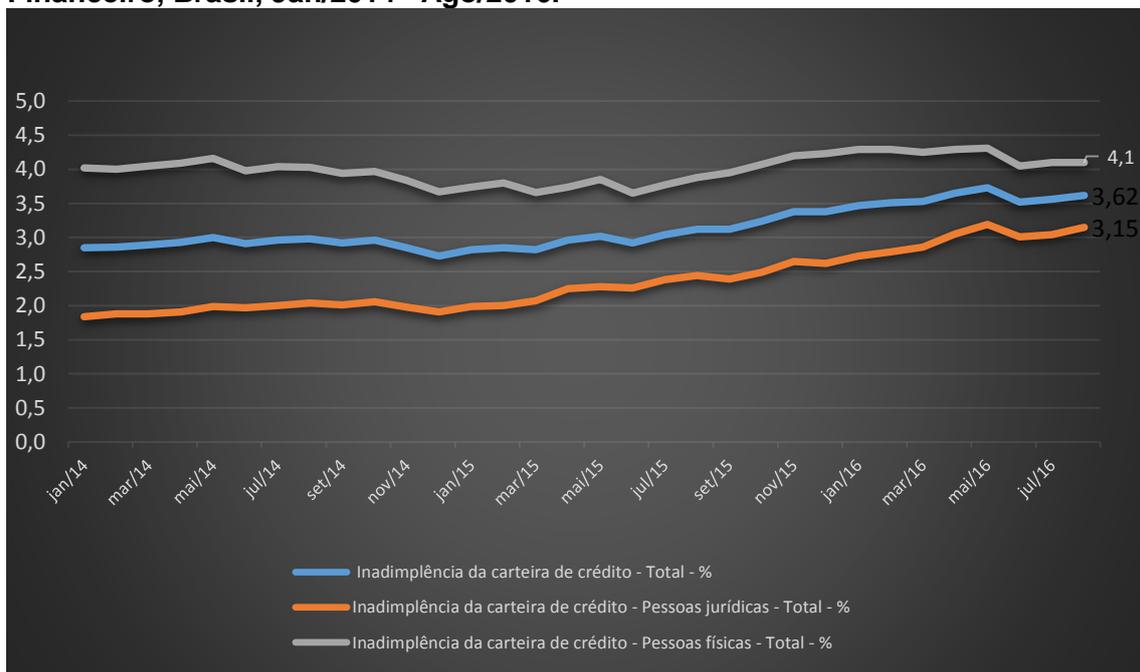
⁸ O M4 engloba o M3 e os títulos públicos de alta liquidez.

Ilustração 38. Comprometimento e Endividamento das Famílias com o Sistema Financeiro, Brasil, Jan/2014 –Jul/2016.



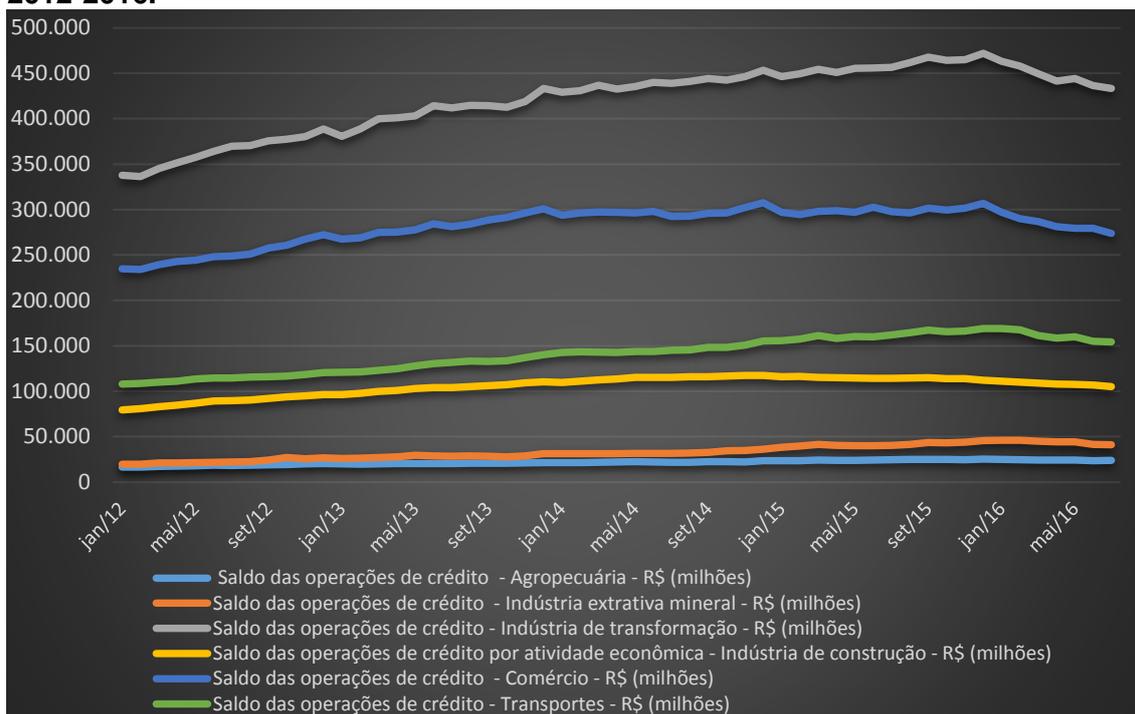
Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

Ilustração 39. Taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro, Brasil, Jan/2014 –Ago/2016.



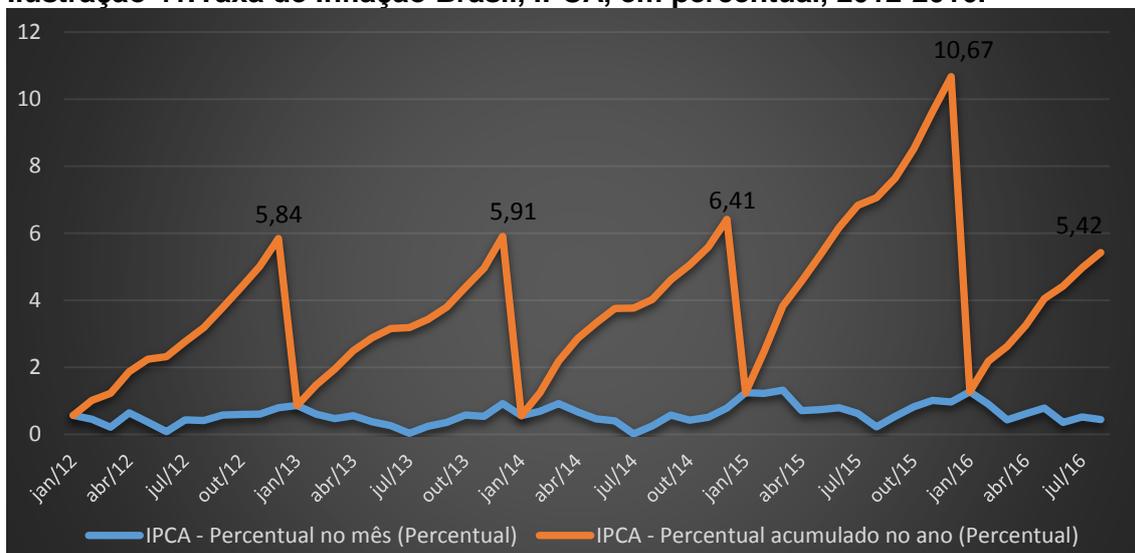
Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

Ilustração 40. Saldo das Operações de Crédito do Brasil, em milhões de reais, 2012-2016.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

Ilustração 41. Taxa de Inflação Brasil, IPCA, em percentual, 2012-2016.

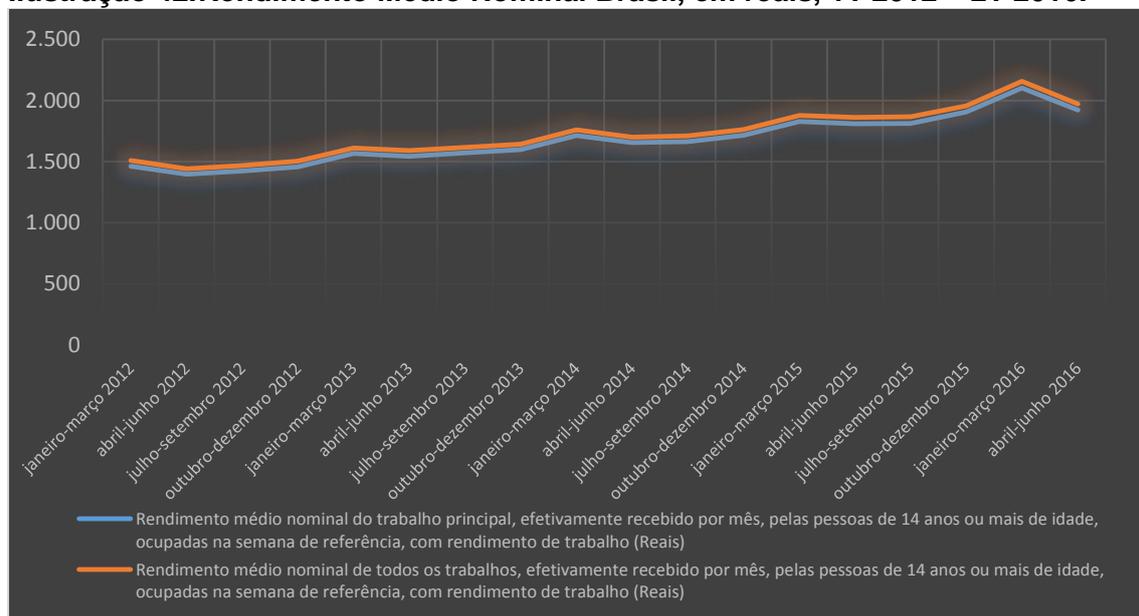


Fonte: IBGE, Coordenação de Índices de Preços, 2016.

Como já explanado, o volume financeiro retraindo-se, faz com que os preços tendam a perder velocidade de crescimento (2016), pois os trabalhadores e investidores estão comprando e investindo menos (**Ilustração 40**), diminuindo a quantidade demandada dos fatores de produção. Isso de modo nenhum significa uma melhoria econômica para os trabalhadores, pelo contrário, significa que estes tendo a renda estagnada ou diminuída (**Ilustração 42**) e ainda, em pior situação, desempregados (**Ilustração 43**), passam por grandes dificuldades para se manterem devido sua restrição financeira, causada pelas ações político-ideológicas sobre a economia.

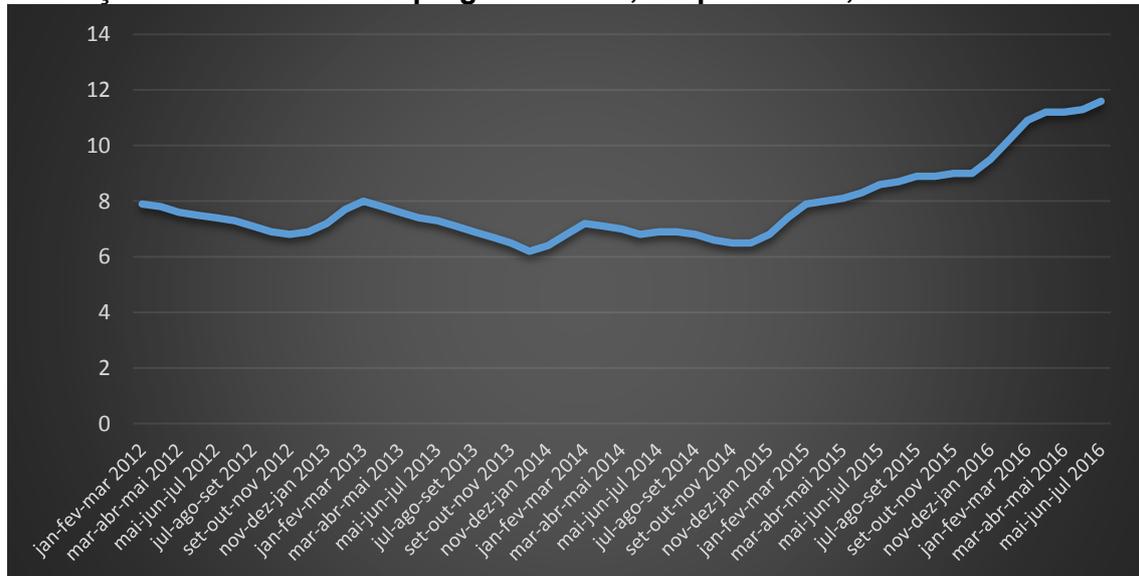
Ressalta-se que os preços e o desemprego (**Ilustração 41 e 43**) continuam se elevando, apenas estão crescendo em velocidade menor e, por fim, a renda tem diminuído.

Ilustração 42. Rendimento Médio Nominal Brasil, em reais, 1T 2012 – 2T 2016.



Fonte: IBGE, PNAD Contínua, 2016.

Ilustração 43. Taxa de Desemprego do Brasil, em percentual, 1T 2012 – 2T 2016.



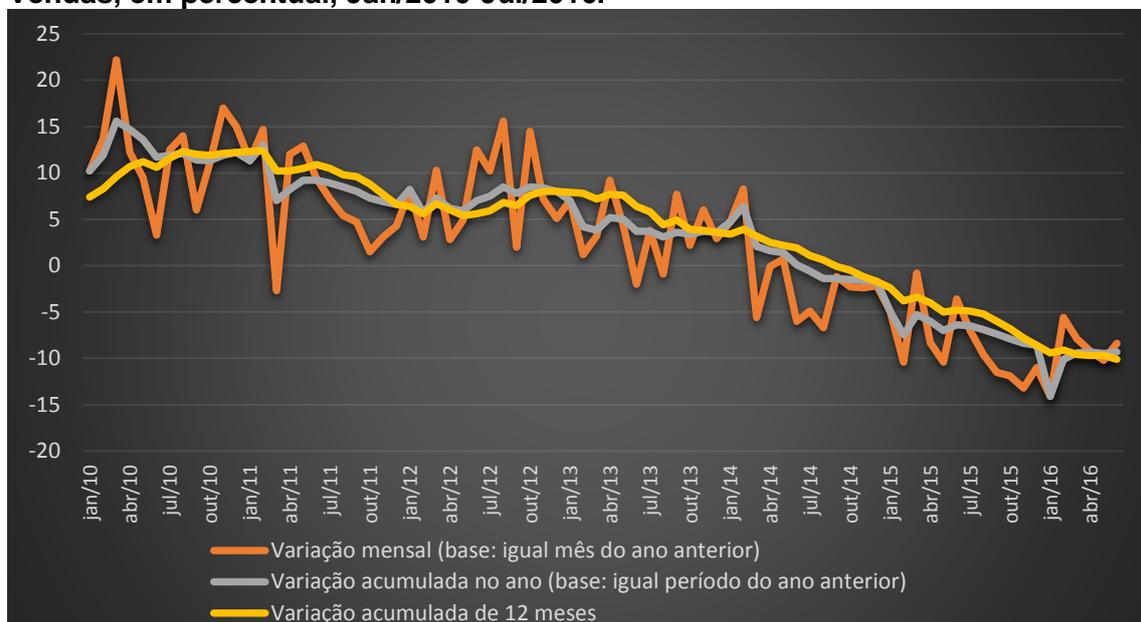
Fonte: IBGE, PNAD Contínua, 2016.

Consumo Básico - Comércio e Serviços

Em função do aumento dos preços, elevação do desemprego e retração da renda o consumo básico se encontra em taxas negativas, ou seja, o volume e a quantidade de vendas no comércio consequentemente têm diminuído, não obstante os preços maiores, as receitas nominais também têm se retraído (**Ilustração 44 e 45**).

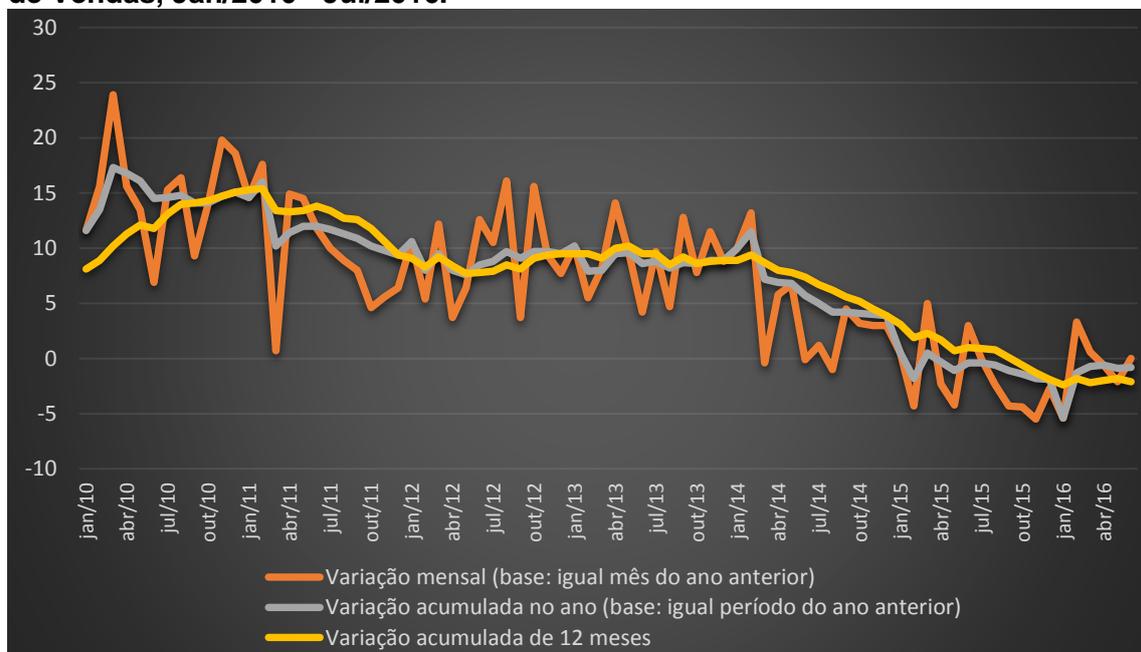
Assim como o comércio tem se retraído, a busca por serviços também segue a mesma direção, tanto em receita quanto em volume (**Ilustração 46 e 47**).

Ilustração 44. Comércio Varejista Ampliado* do Brasil, Variação do Volume de Vendas, em percentual, Jan/2010-Jul/2016.



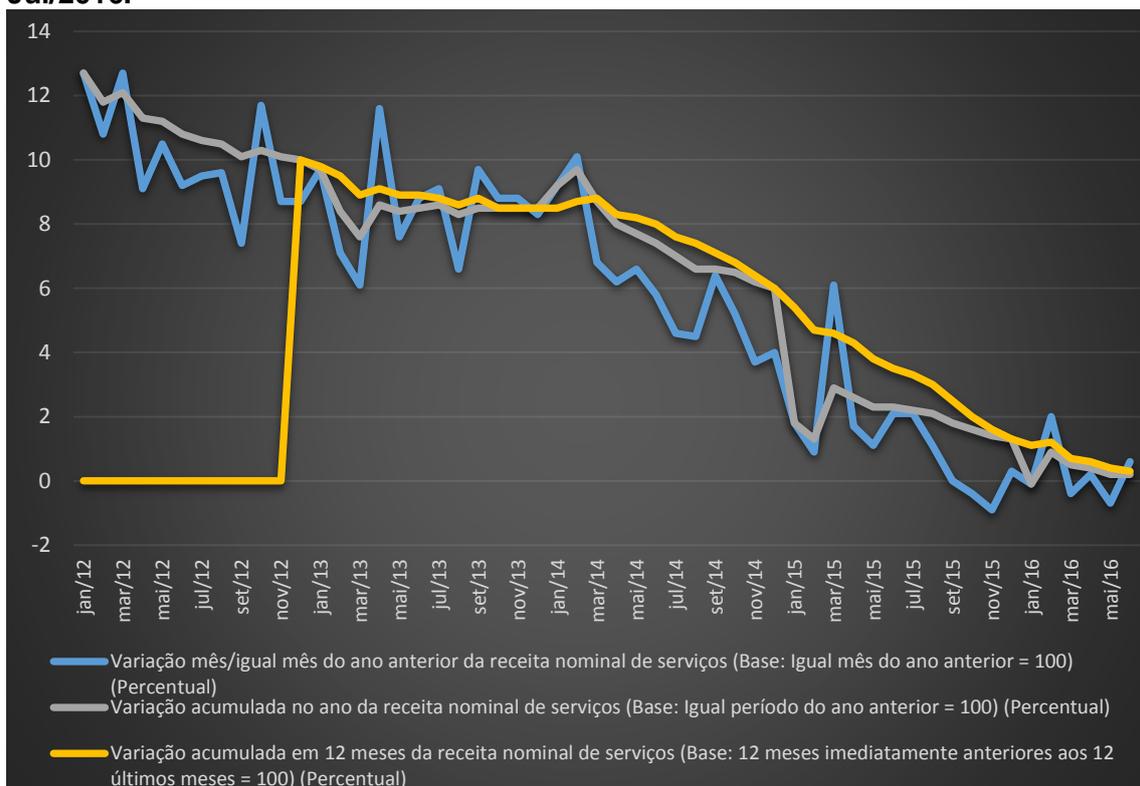
Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio, junho/2016. *Inclui as atividades "Veículos, motocicletas, partes e peças" e "Material de construção".

Ilustração 45. Comércio Varejista Ampliado do Brasil, Variação da Receita Nominal de Vendas, Jan/2010 - Jul/2016.



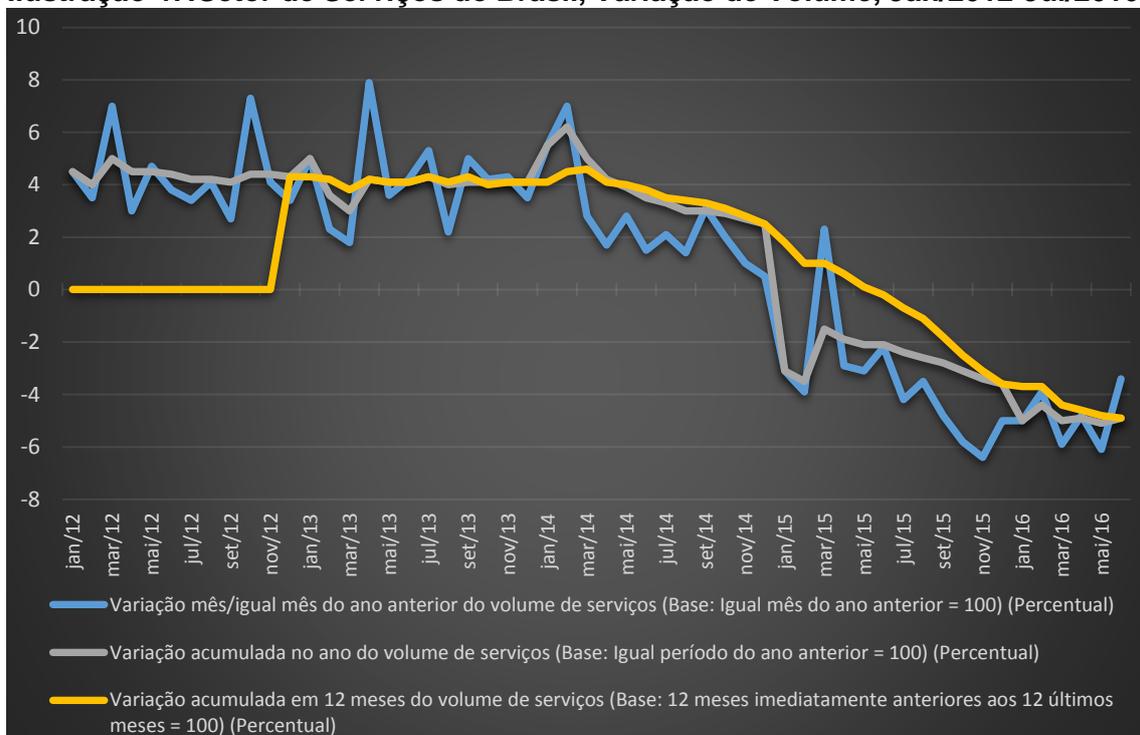
Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio, junho/2016.

Ilustração 46. Setor de Serviços do Brasil, Variação da Receita Nominal, Jan/2012-Jul/2016.



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços, junho/2016.

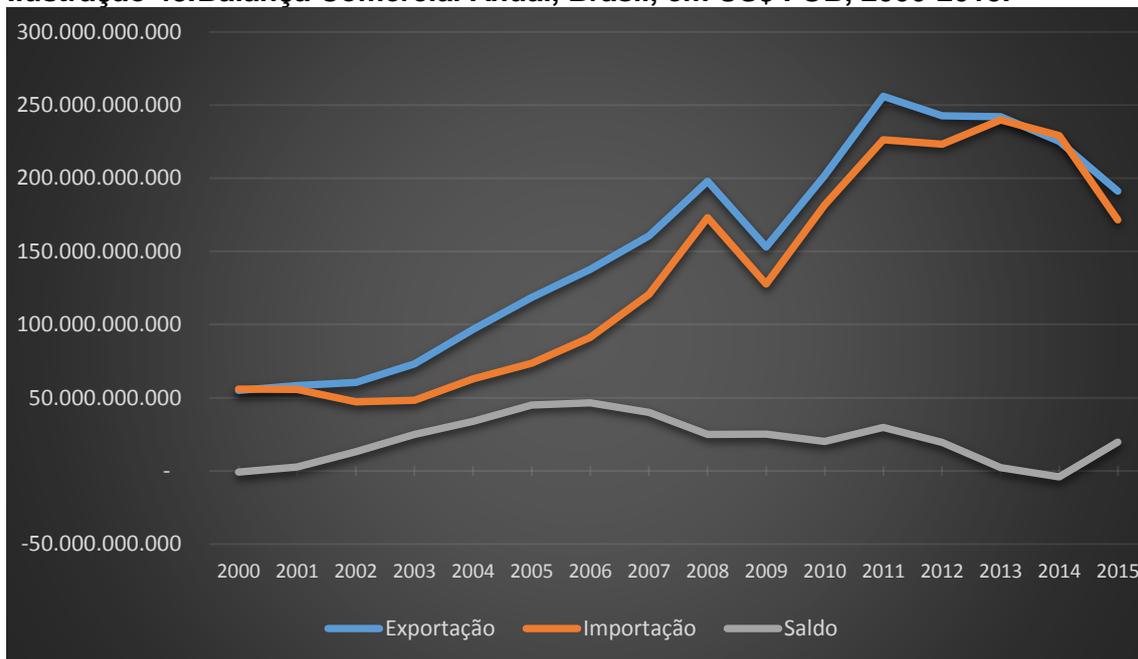
Ilustração 47. Setor de Serviços do Brasil, Variação de Volume, Jan/2012-Jul/2016.



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços, junho/2016.

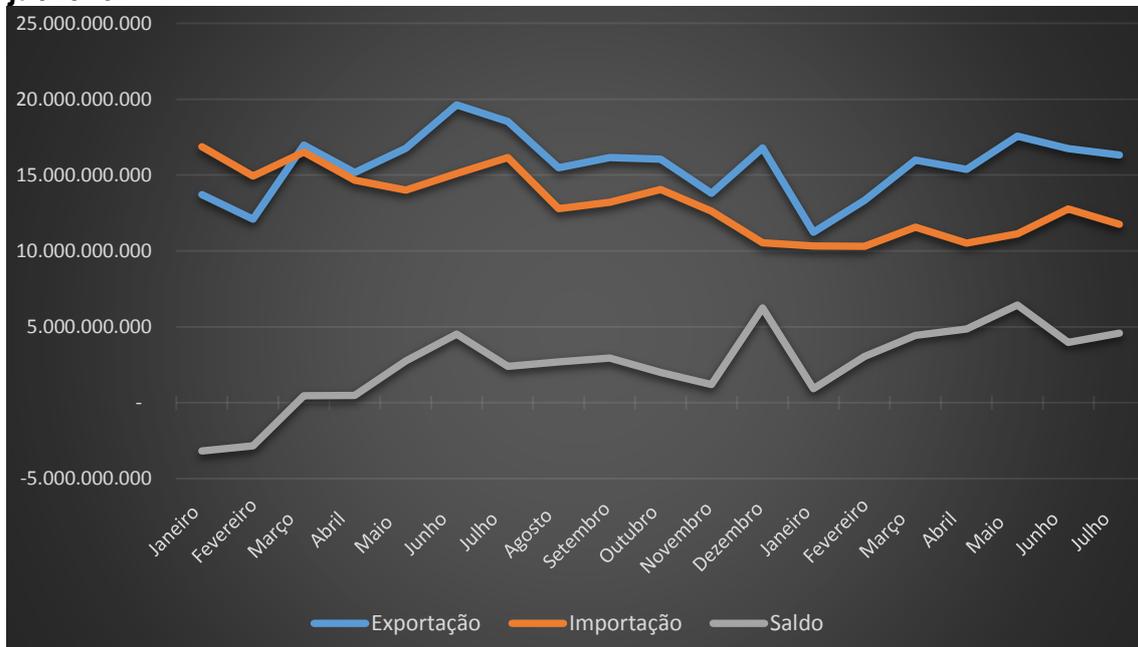
Exportação e Importação

Ilustração 48. Balança Comercial Anual, Brasil, em US\$ FOB, 2000-2015.



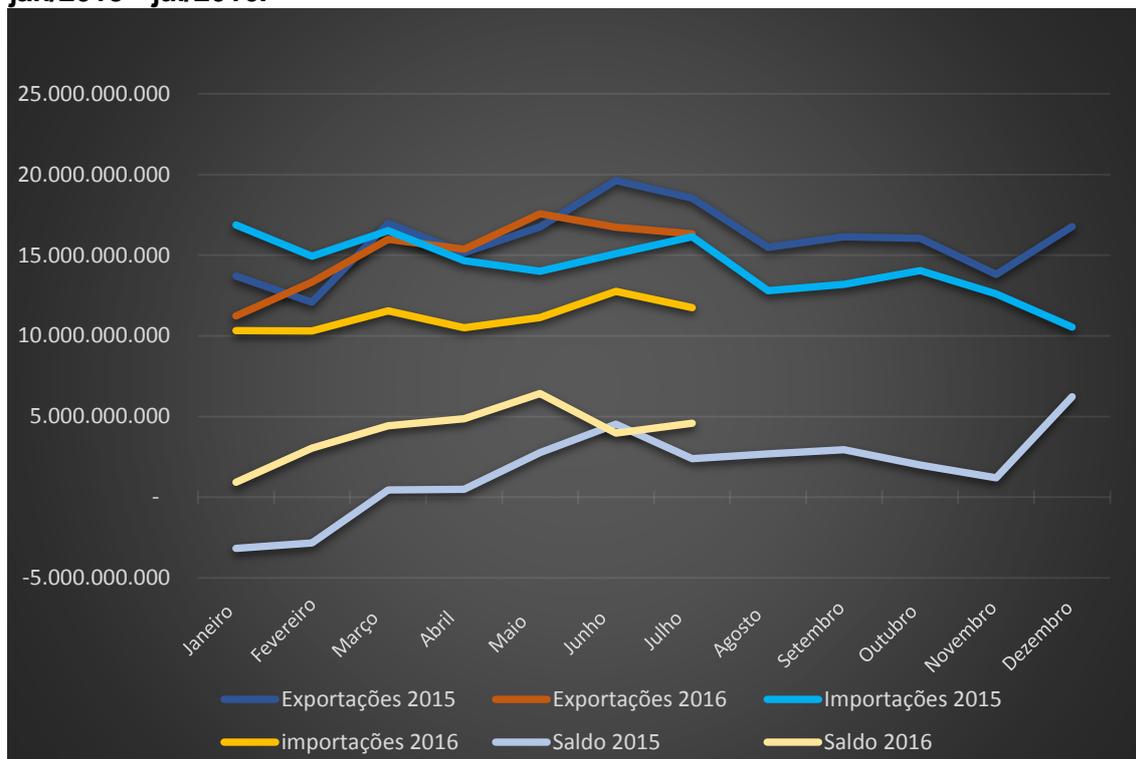
Fonte: MDIC, Secretaria de Comércio Exterior, 2016.

Ilustração 49. Balança Comercial Mensal Contínua, Brasil, em US\$ FOB, jan/2015 - jul/2016.



Fonte: MDIC, Secretaria de Comércio Exterior, 2016.

Ilustração 50. Balança Comercial Mensal Comparativa, Brasil, em US\$ FOB, jan/2015 - jul/2016.



Fonte: MDIC, Secretaria de Comércio Exterior, 2016.

No comparativo da **Ilustração 50** é possível inferir a redução das exportações em termos de dólar FOB. O que significa que, com o dólar desvalorizado, o Brasil, que exporta em sua maioria produtos primários ou com manufatura mínima, tem enviado maior quantidade de produtos ao exterior (**Tabela 3**), mas recebe menos dólares por tais produtos (**Tabela 2**). Por outro lado, adquire menos tecnologia, pois os preços estão elevados por conta do real desvalorizado. Esse efeito câmbio ocorre em função de inflação (fruto da expansão creditícia) e todo contexto ruim da situação econômica brasileira, que inibe entrada de capitais externos e da valorização natural do dólar (dada pela economia dos EUA). As exportações em queda, pela perda do poder de compra do real, retraem a aquisição de produtos estrangeiros que se tornam mais caros por causa do efeito câmbio, pressionando a taxa de inflação.

É necessário explicar ainda que nesse caso, o saldo financeiro positivo que se vê, ao contrário do entendimento de parte dos economistas, é negativo para a economia brasileira, pois a elevação do saldo se dá pela redução maciça das importações. Isso, significa que os indivíduos e empresas brasileiras estão adquirindo menos produtos tecnológicos e insumos para manutenção da atividade produtiva nacional (maquinaria, ferramentas, combustíveis, produtos de refino químico, componentes e equipamentos eletrônicos, fertilizantes etc.) que são adquiridos de outros países e se tornam mais caros. Em termos simples, significa que a produção industrial interna, que precisa de constante renovação dada depreciação e manutenção técnica e ainda diversos insumos químicos e tecnológicos, está perdendo competitividade, o que significa produtos de pior qualidade e a preços mais elevados.

Tabela 2. Balança Comercial Brasileira Valores Mensais e Acumulados (Jan/Jul), 2015 - 2016, em US\$ Fob.

PERÍODO	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			SALDO		CORRENTE DE COMÉRCIO		
	2016	2015	VAR %	2016	2015	VAR %	2016	2015	2016	2015	VAR %
Janeiro	11.239.717.623	13.704.044.559	-17,98	10.322.251.778	16.873.839.267	-38,83	917.465.845	-3.169.794.708	21.561.969.401	30.577.883.826	-29,49
Fevereiro	13.343.461.879	12.092.230.670	10,35	10.302.784.817	14.932.172.572	-31,00	3.040.677.062	-2.839.941.902	23.646.246.696	27.024.403.242	-12,50
Jan/Fev	24.583.179.502	25.796.275.229	-4,70	20.625.036.595	31.806.011.839	-35,15	3.958.142.907	-6.009.736.610	45.208.216.097	57.602.287.068	-21,52
Março	15.991.811.272	16.978.968.634	-5,81	11.560.098.719	16.518.673.359	-30,02	4.431.712.553	460.295.275	27.551.909.991	33.497.641.993	-17,75
Jan/Mar	40.574.990.774	42.775.243.863	-5,14	32.185.135.314	48.324.685.198	-33,40	8.389.855.460	-5.549.441.335	72.760.126.088	91.099.929.061	-20,13
Abril	15.371.654.234	15.156.274.767	1,42	10.513.712.474	14.666.063.420	-28,31	4.857.941.760	490.211.347	25.885.366.708	29.822.338.187	-13,20
Jan/Abr	55.946.645.008	57.931.518.630	-3,43	42.698.847.788	62.990.748.618	-32,21	13.247.797.220	-5.059.229.988	98.645.492.796	120.922.267.248	-18,42
Maio	17.568.781.054	16.769.183.205	4,77	11.135.656.775	14.010.832.630	-20,52	6.433.124.279	2.758.350.575	28.704.437.829	30.780.015.835	-6,74
Jan/Mai	73.515.426.062	74.700.701.835	-1,59	53.834.504.563	77.001.581.248	-30,09	19.680.921.499	-2.300.879.413	127.349.930.625	151.702.283.083	-16,05
Junho	16.739.429.481	19.628.438.412	-14,72	12.768.918.215	15.099.376.197	-15,43	3.970.511.266	4.529.062.215	29.508.347.696	34.727.814.609	-15,03
Jan/Jun	90.254.855.543	94.329.140.247	-4,32	66.603.422.778	92.100.957.445	-27,68	23.651.432.765	2.228.182.802	156.858.278.321	186.430.097.692	-15,86
Julho	16.330.547.668	18.533.065.548	-11,88	11.752.460.350	16.146.430.379	-27,21	4.578.087.318	2.386.635.169	28.083.008.018	34.679.495.927	-19,02
Jan/Jul	106.585.403.211	112.862.205.795	-5,56	78.355.883.128	108.247.387.824	-27,61	28.229.520.083	4.614.817.971	184.941.286.339	221.109.593.619	-16,36

Fonte: MDIC, Secretaria de Comércio Exterior, 2016.

Tabela 3. Dez principais produtos exportados pelo Brasil, em quilograma (ordem em U\$ Fob), Jan/Jul 2015-2016.

Descrição (NCM)	Jan – Jul2016 (em Kg)	Jan - Jul2015 (em Kg)	Var. % 2016/2015
TOTAL GERAL	378.756.843.949	355.150.774.596	6,65
1 SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA	44.354.237.865	40.688.267.518	9,01
2 MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	190.515.075.308	170.389.702.981	11,81
3 OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	23.006.595.625	22.131.373.962	3,95
4 OUTROS ACUCARES DE CANA	12.715.306.240	9.780.500.576	30,01
5 PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO, SEMI/BRANQ	7.425.523.960	6.629.328.940	12,01
6 BAGACOS E OUTS.RESIDUOS SOLIDOS, DA EXTR.DO OLEO DE SOJA	8.487.925.234	7.985.976.334	6,29
7 CAFE NAO TORRADO, NAO DESCAFEINADO, EM GRAO	967.858.226	1.105.759.804	-12,47
8 PEDACOS E MIUDEZAS, COMEST.DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	1.566.903.943	1.428.133.029	9,72
9 MILHO EM GRAO, EXCETO PARA SEMEADURA	13.295.257.054	6.583.773.864	101,94
10 CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADAS	573.949.076	514.076.197	11,65

Fonte: MDIC, Secretaria de Comércio Exterior, 2016.

Conclusão

Conforme exposto ao longo do relatório, a economia brasileira está em processo de depressão econômica. Os dados ilustram a dinâmica de piora em termos gerais. A situação fiscal do país não mudou significante no último quadrimestre, o governo continua arrecadando menos do que gasta, incorrendo em déficit nominal, recorrendo ao endividamento público, mantendo taxas de juros elevadas para tornar seus títulos públicos atrativos. Diante tal cenário, investimentos e consumo são restringidos e empreendimentos sem demanda genuína, realizada durante o período de expansão creditícia e taxa de juros menores, continuam indo à falência⁹ e fechando e/ou vendidos a prejuízo. Por outro lado, o consumo das pessoas tem sido fortemente restringido, devido à queda dos rendimentos e aumento do desemprego. E é justamente por isso que a inflação tem diminuído seu ritmo de crescimento, a base da redução do consumo e investimentos, conseqüentemente menos dinheiro entra na economia real e pressiona os preços.

O efeito câmbio, com o real desvalorizado, tem elevado a quantidade exportada em toneladas, pois, em termos simplórios, os produtos brasileiros ficam mais baratos, conseqüentemente exporta-se mais e recebe-se menos por produto. Entretanto, a preferência dos exportadores para a exportação, dado um câmbio desvalorizado, faz com que a quantidade destinada ao consumo interno diminua, fazendo os preços subirem (de alimentos básicos e remédios a produtos de tecnologia). Ainda, com menor renda, menor tende a ser a busca por serviços e menores tendem a ser aquisições do comércio, o que deprime o lucro. Desta forma, os empreendimentos com prejuízos, retiram-se do mercado, demitindo os funcionários deste setor.

⁹Levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) baseado em estatísticas do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), onde se verifica que em todo Brasil o comércio varejista brasileiro perdeu 67,9 mil pontos de venda com vínculos empregatícios nos seis primeiros meses de 2016. Comparando-se com 2015, houve 27,8 mil lojas fechadas no mesmo período. Mato Grosso sofreu baixa de 1,934 mil empresas do comércio varejista no 1º semestre de 2016. Comparado ao mesmo período de 2015 -quando foram extintos 354 estabelecimentos - o número de empreendimentos que deixaram a atividade este ano aumentou em 446,32% ou 1,580 mil unidades.

As exportações estão em queda, bem como as importações. O saldo, embora positivo, tem significado real negativo e implica em deterioração de maquinário, tecnologia e redução de aquisições individuais dado a retração da renda, bastante agravada pela perda do poder aquisitivo do real (câmbio desvalorizado).

Tendo esses argumentos exposto, os prognósticos para o curto e médio prazo não encontram respaldo econômico positivo. Quanto à possibilidade de ações políticas que visa retomada econômica, não há lógica econômica em novos estímulos creditícios, pois teriam que partir de reduções artificiais de juros, que estão altos por conta da inflação. Por outro lado, haveria uma tendência de saída de dólares do país, o que elevaria a cotação da moeda e tornaria aquisições de produtos externos mais difíceis ainda. Lembrando que reduções na taxa de juros ocorrem diante atuação do Banco Central, e isso significa criação de dinheiro, uma atitude inflacionária.

Enfim, em se tratando de racionalidade humana, partindo do caso dos EUA, não é por que os bancos estão abarrotados de dinheiro e os juros baixos (0,5%), que as pessoas irão procurar empréstimos. A confiança no governo em manutenção das regras e estabilidade são imprescindíveis para investidores.

PARTE 4 – MATO GROSSO

Conjuntura Econômica de Mato Grosso

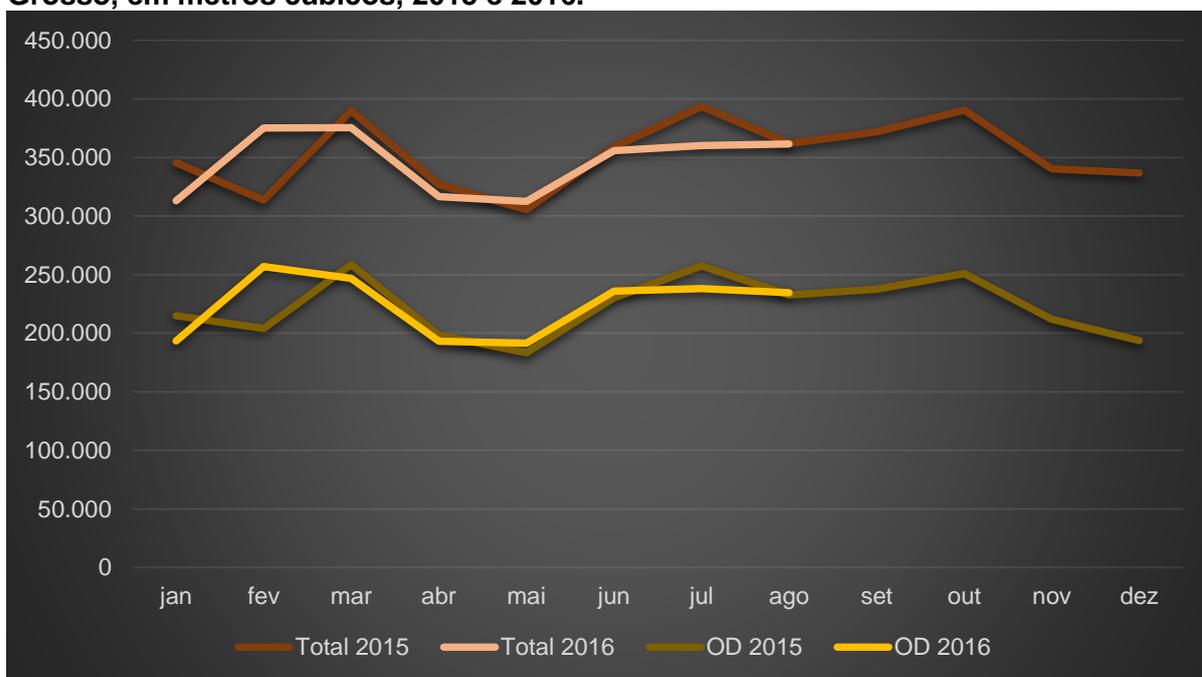
Na esteira da crise econômica interna brasileira e da retração do consumo externo, Mato Grosso vem apresentado sinais claros da retração do padrão de vida de sua população. A situação, tanto econômica do estado, quanto a análise das finanças estaduais, serão o foco desta parte final que abarca o trabalho de conjuntura econômica do 2º quadrimestre de 2016.

Comércio Exterior

A economia mato-grossense foi influenciada positivamente após um primeiro quadrimestre de grande volume de exportações, impulsionado pelo câmbio desvalorizado (real mais fraco frente ao dólar).

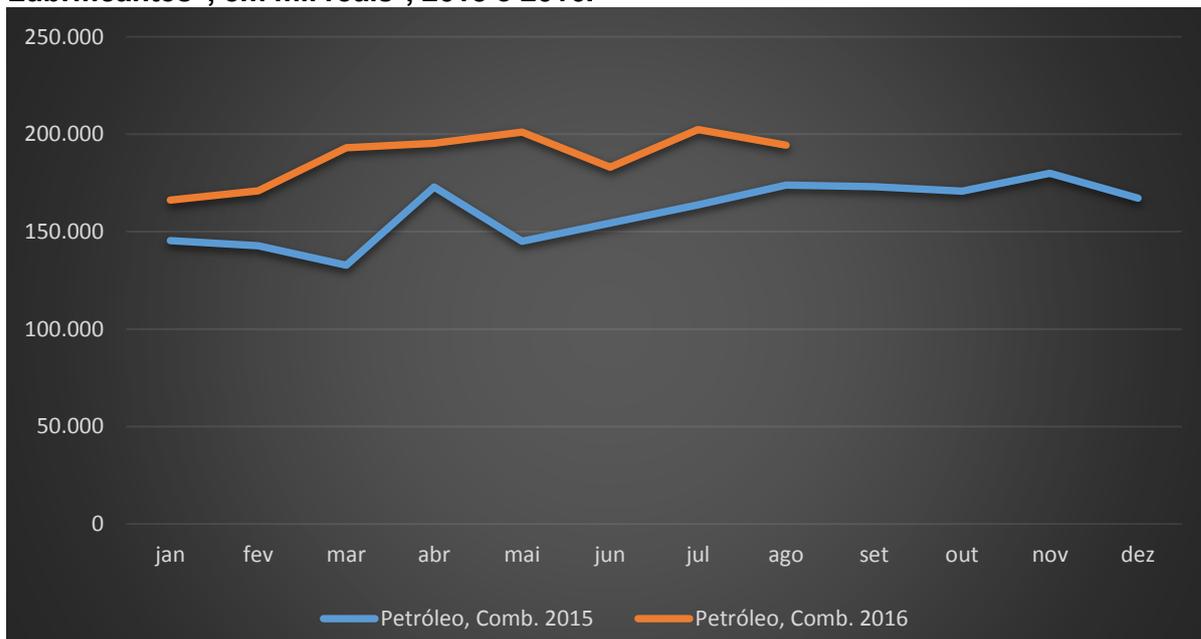
Tais circunstâncias elevaram, no primeiro quadrimestre, a demanda por transporte de frete o que, inexoravelmente, aumentou o consumo de diesel (**Ilustração 51**), e, em contrapartida, elevou a arrecadação de imposto estadual sobre combustíveis - ICMS (Diesel) (**Ilustração 52**).

Ilustração 51. Consumo Mensal do Total de Combustíveis e de Óleo Diesel em Mato Grosso, em metros cúbicos, 2015 e 2016.



Fonte: ANP, 2016.

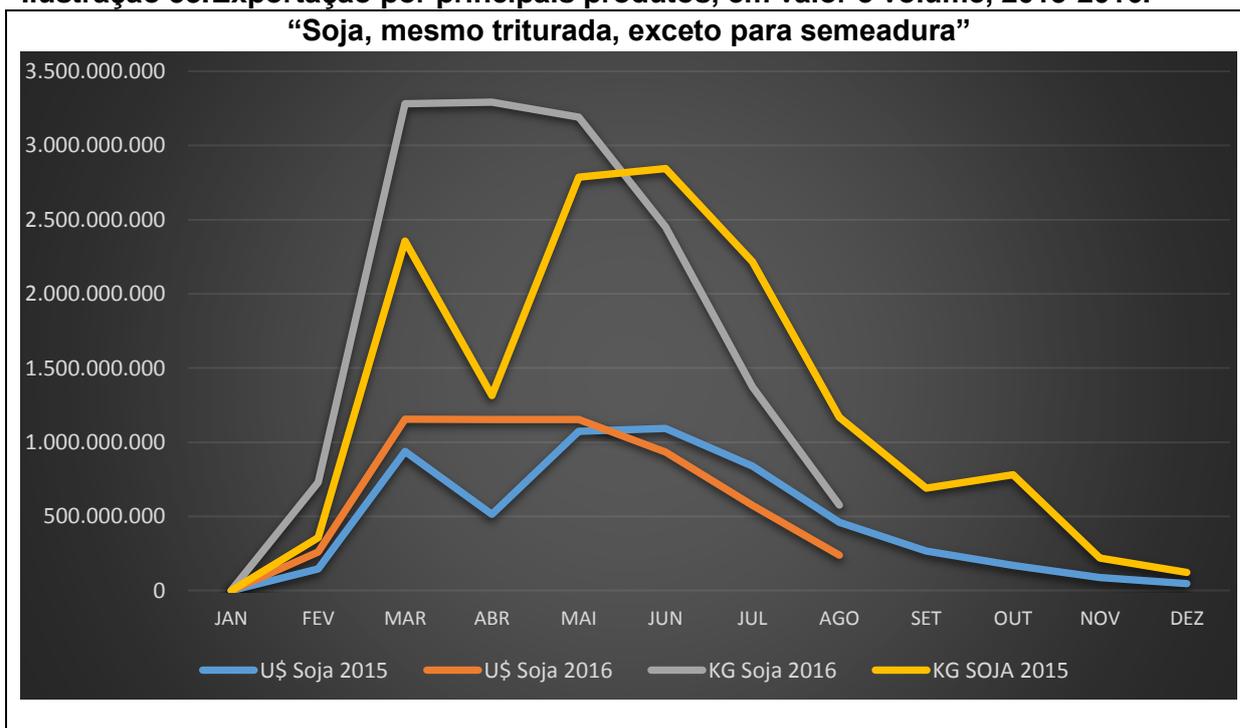
Ilustração 52. Arrecadação do ICMS-Setor Terciário do “Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes”, em mil reais*, 2015 e 2016.

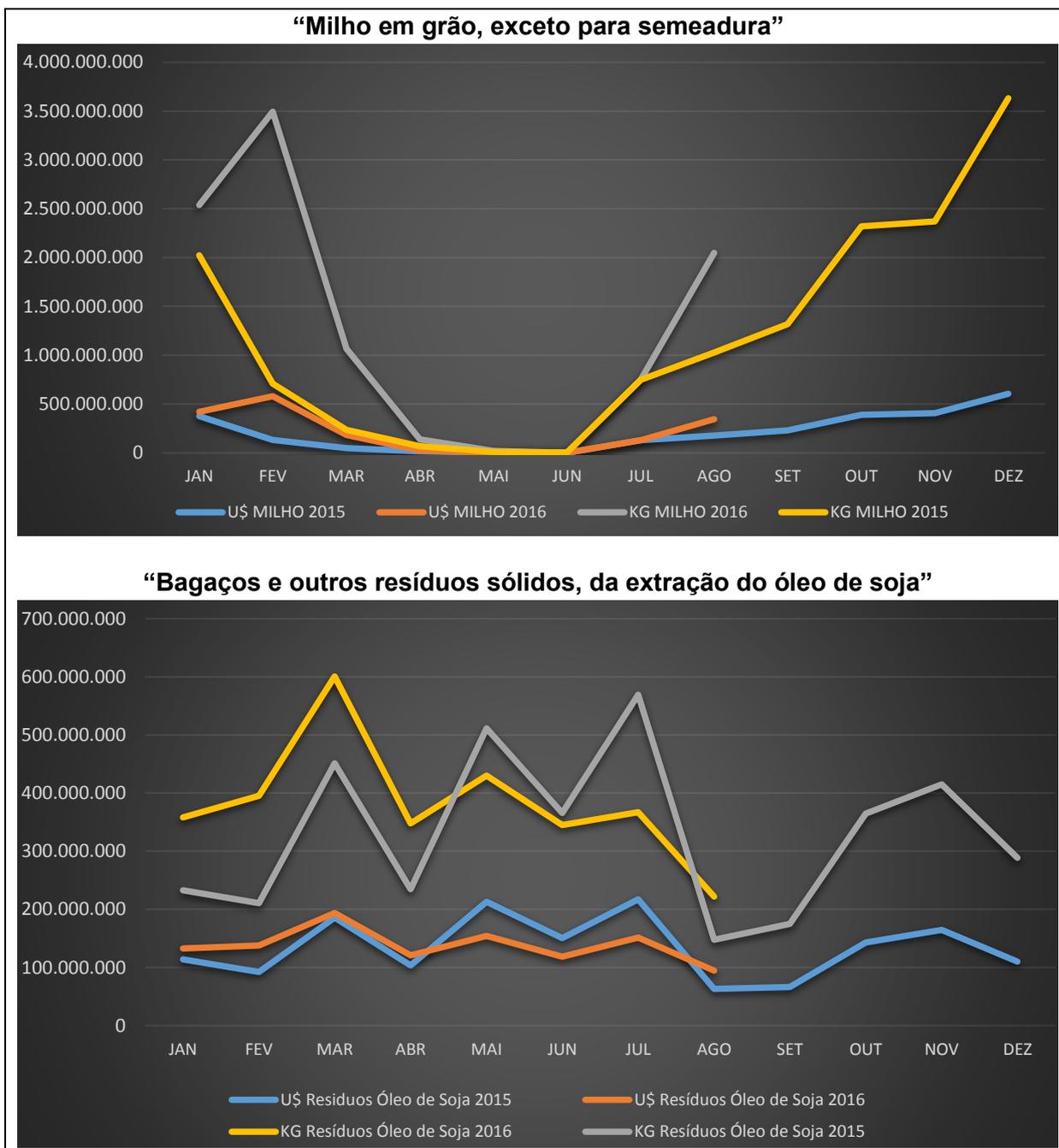


Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação; CONFAZ/COTEPE.
*Deflacionado pelo IPCA (base: agosto/2016).

A soja, que foi fortemente negociada no primeiro quadrimestre de 2016, diminuiu consideravelmente o volume (kg) exportado no segundo quadrimestre de 2016, e tal tendência de queda de volume deve se manter no terceiro quadrimestre de 2016, seguindo tendência de sazonalidade da produção.

Ilustração 53. Exportação por principais produtos, em valor e volume, 2015-2016.



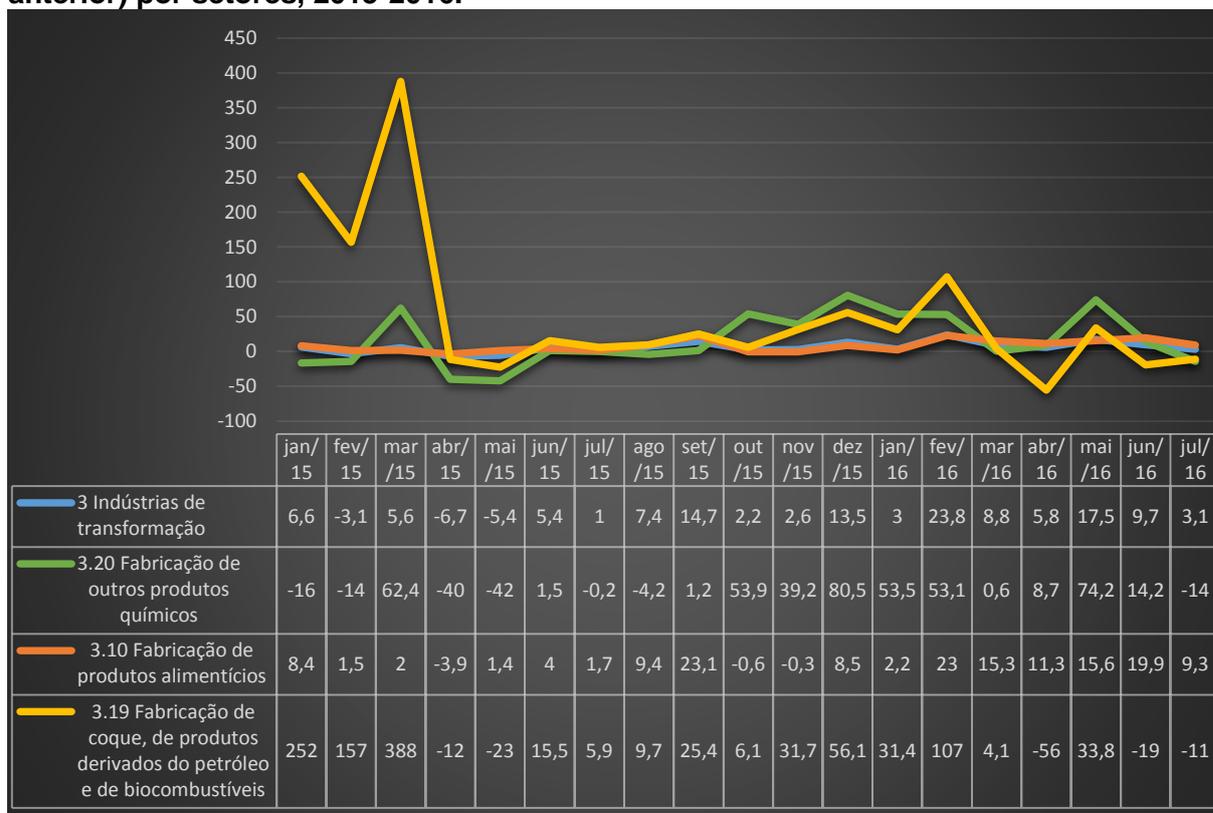


Fonte: MDIC-AliceWeb, 2016.

Indústria

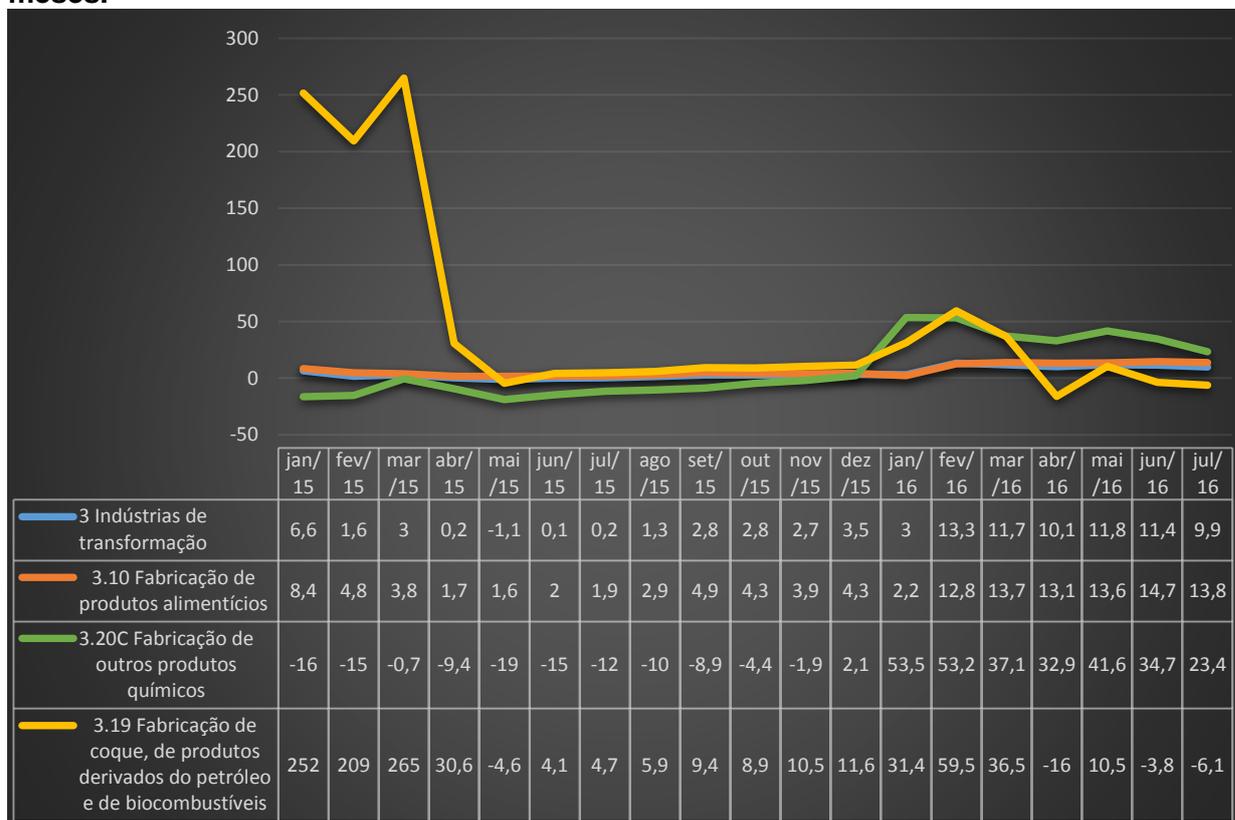
A indústria é um setor que foi bastante influenciado com o aumento do volume das exportações, pois com a elevação do volume das exportações no primeiro quadrimestre de 2016, diante câmbio desvalorizado, aumentou também a produção industrial, haja vista que muitos produtos exportados recebem, mesmo sendo primários, um trabalho básico de manufatura, o que impulsiona linhas de produções e embalagens. Desta forma, os índices “*Fabricação de produtos alimentícios*”, “*Fabricação de outros produtos químicos (fabricação de adubos ou fertilizantes com nitrogênio, fósforo e potássio (NPK) e com fósforo e potássio (PK))*”, “*Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (fabricação de álcool etílico)*” aferidos pelo IBGE, demonstravam crescimento ao longo do primeiro semestre.

Ilustração 54. Produção Industrial, Variação percentual mensal (igual mês do ano anterior) por setores, 2015-2016.



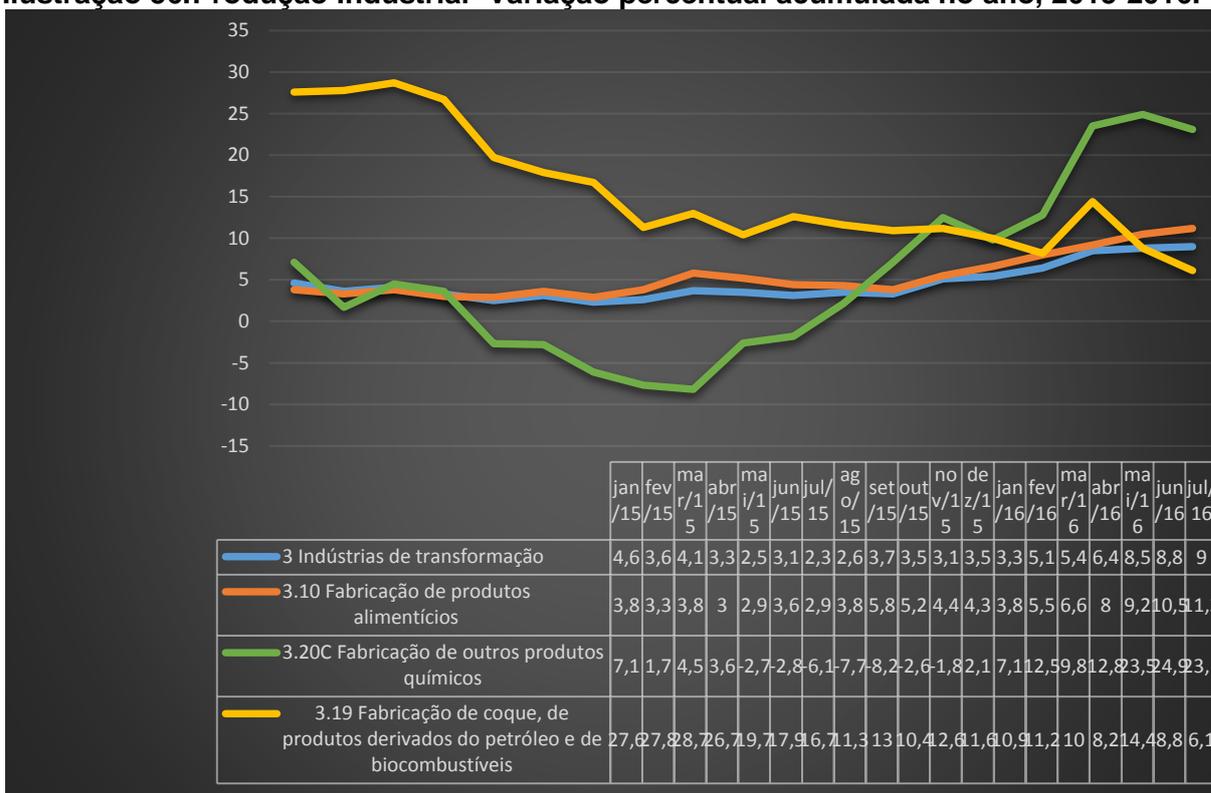
Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, 2016.

Ilustração 55. Produção Industrial -Variação percentual acumulada nos últimos 12 meses.



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, 2016.

Ilustração 56. Produção Industrial -Variação percentual acumulada no ano, 2015-2016.



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, 2016.

Esse desempenho favorável da atividade industrial, mais especificamente na indústria de transformação, começa a perder potência no segundo quadrimestre de 2016, tendo em vista a redução do volume das exportações. Esse cenário deve se intensificar ainda mais, pois não se verifica, conforme capítulos iniciais sobre a dinâmica econômica dos EUA e da China, uma melhora na perspectiva macroeconômica desses países. Pelo contrário, o que se observa, em termos teóricos de ciclo econômicos, é que tais países tendem a uma relativa estagnação econômica.

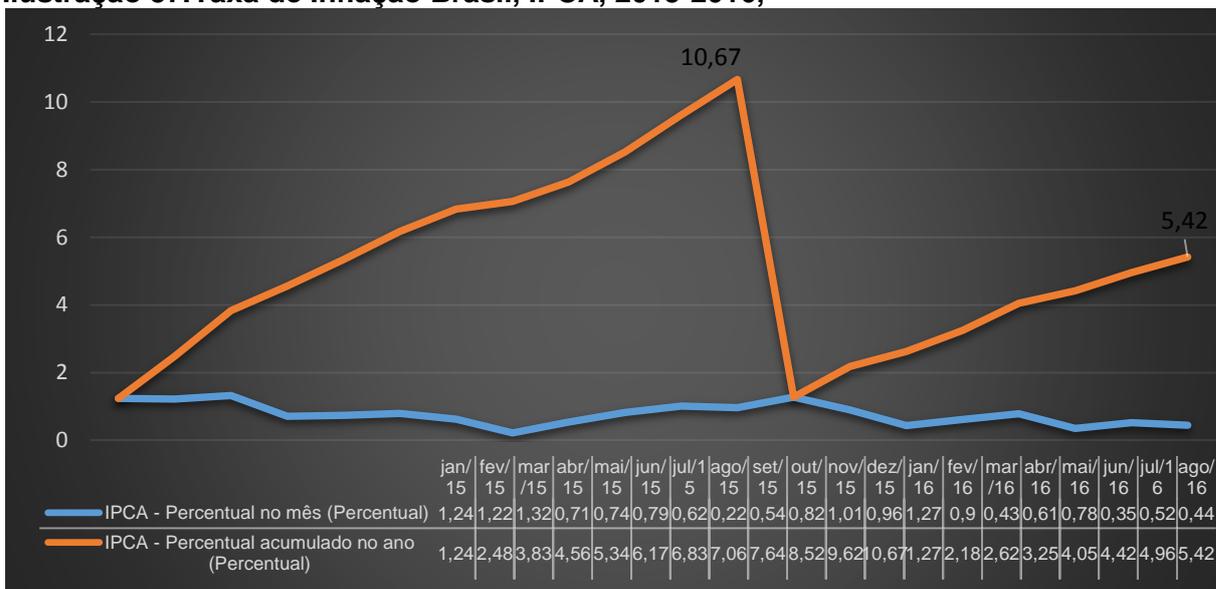
Diante a conclusão de que as exportações tendem a reduzir ainda mais no terceiro quadrimestre, o setor industrial deve ser afetado negativamente tendendo a retração de produção e emprego. Pelo lado do setor industrial, voltado ao setor interno mato-grossense, observou-se, no primeiro quadrimestre, um forte crescimento do setor *Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis*, sendo este impulsionado pela produção de álcool. Após essa forte expansão no primeiro quadrimestre, o setor sucroalcooleiro tendeu a estagnação no segundo trimestre. A análise do setor sucroalcooleiro para o terceiro quadrimestre de 2016 é de provável queda da produção, pois se trata de uma questão de sazonalidade da safra. Entretanto, adiantando-se a discussão do primeiro trimestre de 2017, eis que surge uma questão bastante complexa, pois a elevação dos preços dessa atividade pode incentivar a produção, por outro lado os custos de produção também podem se elevar, diminuindo a margem lucro. Outra questão, agora pelo lado da demanda, é que com preço mais elevado do álcool, o consumo tende a diminuir, o que tenderia a retração do lucro, e isso é um agravante em relação à ampliação da produção. Sendo assim, espera-se redução da atividade do setor industrial sucroalcooleiro para o terceiro quadrimestre de 2016, já no primeiro quadrimestre de 2017, algum nível de crescimento deve ser retomado,

porém, a depender dos fatores econômicos citados, diante a prevalência da expectativa negativa, o nível de produção pode ser menor que o registrado no mesmo período de 2016.

Inflação, Crédito e Inadimplência

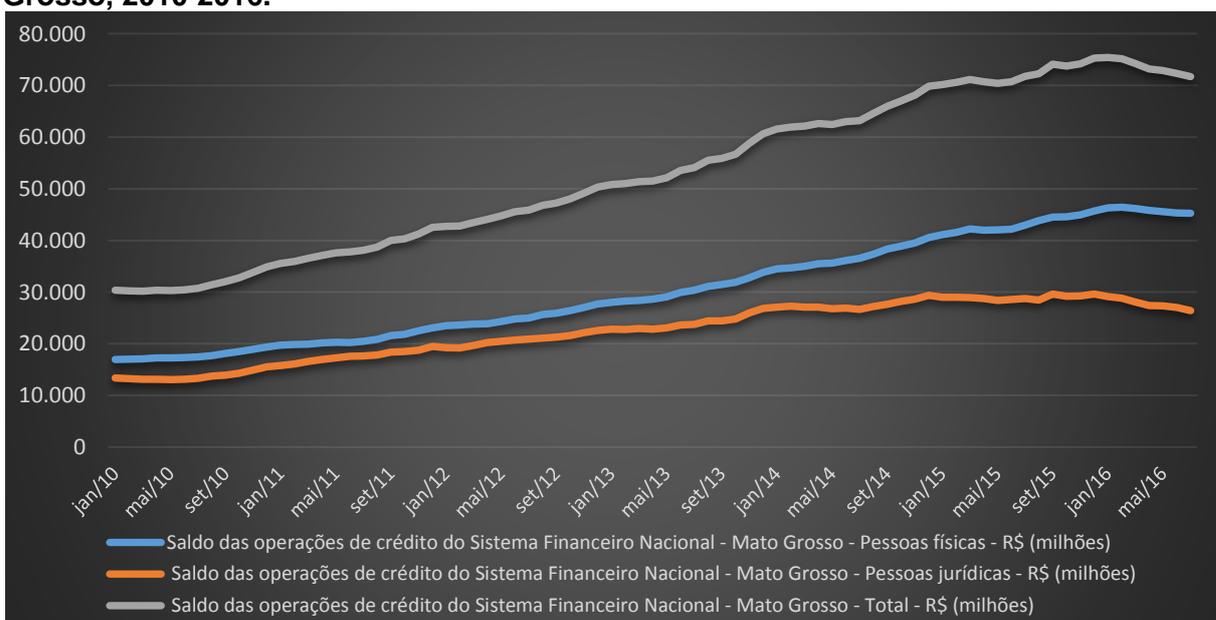
Diante o comportamento das variáveis macroeconômicas, não obstante a já agravada situação de crise econômica nacional, o Banco Central do Brasil tem conduzido uma política de inibição de crédito desencadeando retração de consumo, afim de tentar debelar a inflação. Tais efeitos são bastante aparentes na economia mato-grossense, com a redução do volume das operações de crédito, e com o aumento da inadimplência.

Ilustração 57. Taxa de Inflação Brasil, IPCA, 2015-2016,



Fonte: IBGE. Coordenação de Índices de Preços.

Ilustração 58. Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, Mato Grosso, 2010-2016.

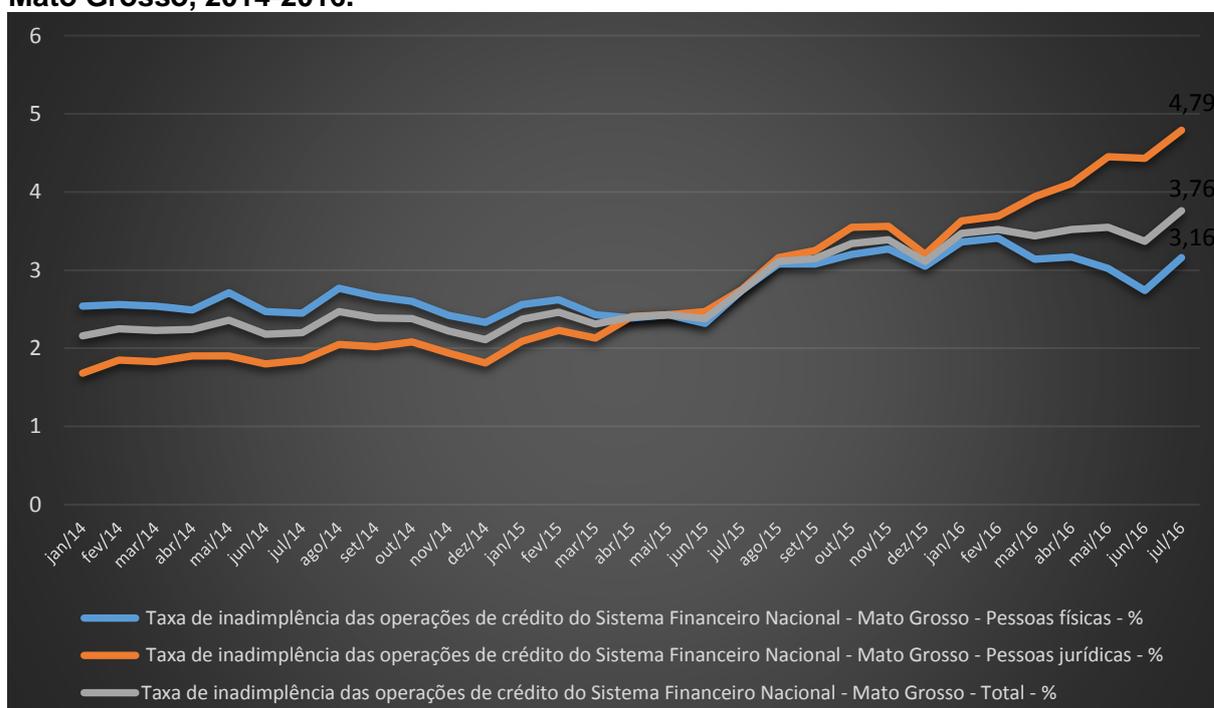


Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

As operações de crédito de pessoas jurídicas, vem desde 2014 demonstrando relativa estagnação em seu volume, sendo evidente em 2016 a dinâmica de deterioração nos investimentos privados, refletindo em uma sequência de 8 (oito) retrações do volume de crédito destinado a produção.

Pelo lado do consumo, analisando o saldo das operações de crédito das pessoas físicas, nota-se que houve até 2015 constante aumento por crédito. Entretanto, diante a situação de continua retração do setor privado, aumento do desemprego, juros elevados e inflação, o volume de crédito para consumo tem diminuído em 2016. São 5 (cinco) meses de quedas seguidas (março a julho).

Ilustração 59. Taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro, Mato Grosso, 2014-2016.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

A inadimplência sofre pressão direta da taxa de juros. Uma vez que a taxa Selic, usada como referência para as demais taxas de juros, é diminuída (principalmente como ferramenta política de manipulação monetária) e fomenta, ao mesmo tempo, tanto o consumo quanto a produção. O setor privado em busca de recursos para investimento para aumentar a capacidade produtiva (dada essa nova demanda de consumo) entra na disputa de recursos (financeiros, matérias primas, mão de obra etc.), com os consumidores. E isso ao longo do tempo, inexoravelmente, causa inflação. Em sequência, a ferramenta usada para arrefecer essa inflação é a elevação da taxa de juros. Dessa forma, os trabalhadores e empresários, que foram induzidos por uma taxa de juros menor a consumir e investir, têm que lidar em seguida com juros maiores, o que tende a elevar a taxa de inadimplência, inevitavelmente.

A taxa crescente de inadimplência das pessoas jurídicas tem um complicador pelo fato dos maus investimentos e os consequentes prejuízos e falências ocorridas no período, causados

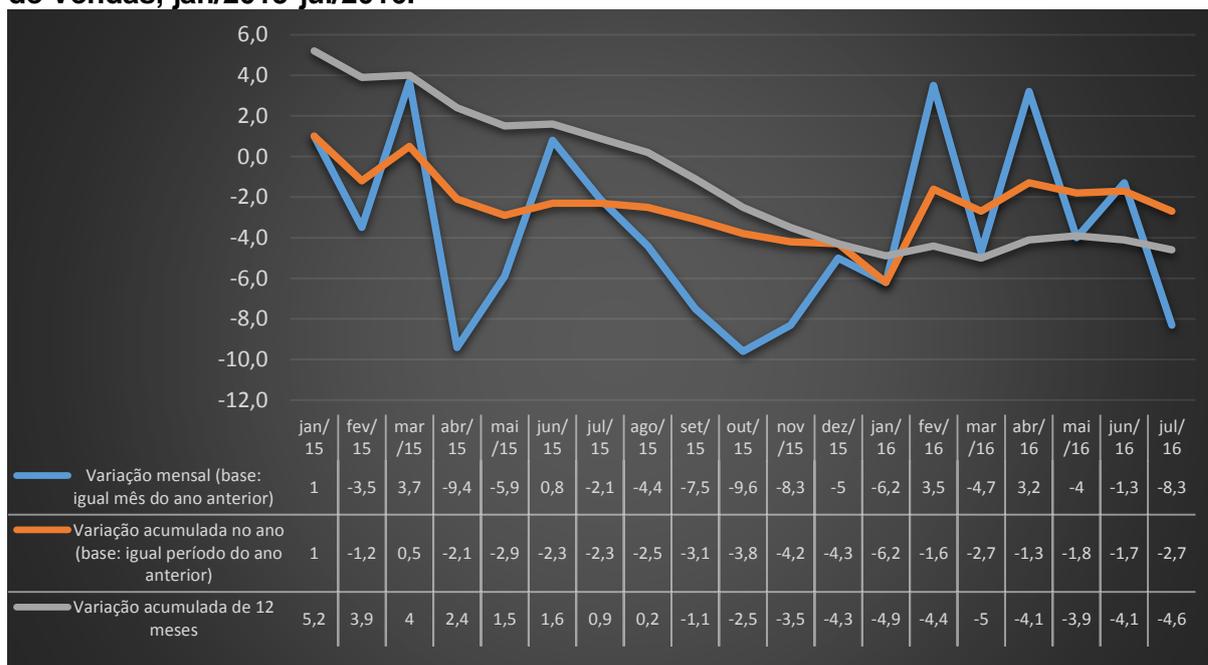
pela falsa indução propiciada pela queda de juros “na marra” com injeção de crédito artificial, tendo seus recursos depreciados e/ou esterilizados.

Já a taxa de inadimplência das pessoas físicas, no período de Janeiro a Junho de 2016, reduziu por conta da diminuição e abstenção do consumo. Isso faz com que – partindo de uma economia já desaquecida onde o consumo de bens duráveis e imóveis permanece deprimido e com maior restrição dos bancos a concessão de crédito – a taxa de inadimplência com o Sistema Financeiro se reduza, não obstante com a manutenção das taxas de juros elevadas. A manutenção da depressão econômica (fundamentalmente: desemprego, redução da renda e correções inflacionários e de juros das dívidas) tendem inevitavelmente, ao longo do tempo, a elevar a taxa inadimplência (como se verifica em julho de 2016).

Comércio Varejista e Serviços

O comércio varejista mato-grossense segue, em função de todo contexto econômico negativo, em queda. As receitas contábeis nominais do comércio, mesmo diante elevação dos preços, continuam em queda.

Ilustração 60. Comércio Varejista Ampliado de Mato Grosso, Variação Receita Nominal de Vendas, jan/2015-jul/2016.



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio Varejista, julho/2016.

Diante esse cenário, muitos empresários do setor de comércio não encontram outra opção a não ser demitir funcionários e por fim, diante agravamento das contas negativas, fechar seu estabelecimento.

Ilustração 61. Comércio Varejista Ampliado de Mato Grosso, Variação do Volume de Vendas, 2015-2016.



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio Varejista, julho/2016.

Ilustração 62. Setor de Serviços em Mato Grosso, Variação da Receita Nominal, 2015-2016.



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços, julho/2016.

Pelo lado do consumidor, a quantidade demandada de produtos do comércio vem, a mais de um ano, em uma dinâmica de forte contração. Essa situação denota como a população mato-grossense tem consumido mês a mês menos produtos, diante a situação de retração da renda, aumento do desemprego e, ainda, inflação de preços.

O setor de serviços, por fim, (conciliado aos dados de emprego e renda, classificados neste trabalho como aspectos sociais), é o último setor econômico a ser afetado na longa cadeia econômica. As receitas vinham nominalmente crescentes até outubro de 2015 (dado que os preços estavam se elevando, e os trabalhadores ainda continuavam a demandar esses serviços). Entretanto, após continuidade e agravamento da crise econômica, as receitas de serviços começam a declinar.

Ilustração 63. Setor de Serviços em Mato Grosso, Variação do Volume, 2015-2016.



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços, julho/2016.

Da mesma forma que as receitas nominais estavam crescentes até outubro de 2015 (em função da elevação dos preços), o volume demandado de serviços, a partir desse período, começa a crescer menos, causado pelo agravamento da situação de retração da renda, do desemprego e ainda da inflação de preços.

Emprego

Os números, provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD Contínua) demonstram a crescente e agravante situação do mercado de trabalho em Mato Grosso. O segundo trimestre de 2016 alcançou a marca de 164 mil trabalhadores desempregados no estado.

Tabela 4.PIA, PEA e Força de Trabalho Mato Grosso- 2015/2016, em mil trabalhadores.

Condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação	Trimestre					
	Jan-Mar 2015	Abr-Jun 2015	Jul-Set 2015	Out-Dez 2015	Jan-Mar 2016	Abr-Jun 2016
Total População em idade Ativa	2.524	2.501	2.506	2.528	2.548	2.569
População Economicamente ativa (Força de trabalho)	1.648	1.625	1.604	1.620	1.628	1.674
Força de trabalho - ocupada	1.555	1.525	1.498	1.528	1.480	1.510
Força de trabalho - desocupada	93	100	106	92	148	164
Fora da força de trabalho	876	876	902	908	920	894
Taxa de Desemprego	5,64%	6,15%	6,61%	5,68%	9,09%	9,80%

Fonte: IBGE. PNAD Contínua, 2016.

Tabela 5. Estoque de empregos por grupamento de atividade no trabalho principal, em mil trabalhadores.

Grupamentos de atividade no trabalho principal - PNADC	Trimestre					
	janeiro-março 2015	abril-junho 2015	julho-setembro 2015	outubro-dezembro 2015	janeiro-março 2016	abril-junho 2016
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	267	247	230	245	237	247
Indústria geral	172	174	165	154	149	140
-Indústria de transformação	152	149	143	131	134	122
Construção	144	142	144	158	132	146
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	320	318	314	302	304	301
Transporte, armazenagem e correio	66	67	66	75	73	78
Alojamento e alimentação	67	66	69	70	72	77
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	122	121	122	114	106	110
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	233	234	223	227	237	241
Outros serviços	63	61	62	54	60	57
Serviços domésticos	99	95	102	128	113	114
Atividades mal definidas	0	0	0	0	0	0
Total	1.555	1.525	1.498	1.528	1.480	1.510

Fonte: IBGE. PNAD Contínua, 2016.

Avaliando-se os estoques de emprego, pela perspectiva do IBGE, nota-se como setores da “Indústria Geral”, “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” e “Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas”, que são, não por coincidência, setores diretamente e extremamente afetados pela expansão creditícia promovida pelo governo federal, têm seus estoques de empregos diminuídos ao longo do período analisado.

Analisando-se números do CAGED-MTE, têm-se uma ideia mais clara e dinâmica do mercado de trabalho mato-grossense. No primeiro quadrimestre de 2016, verifica-se o aumento do volume das exportações, logo esse volume maior das exportações impulsionou também o setor industrial de produtos alimentícios e o setor de produtos químicos, que são insumos (adubos ou fertilizantes) utilizados pelo agronegócio. Outro setor da indústria que também teve forte expansão foi o de Fabricação de produtos de minerais não-metálicos, sendo a produção de álcool como principal responsável.

Tabela 6. Saldo de empregos formais por atividade econômica, jan/16 a ago/16.

CNAE 2.0 Classe	1º Quadrimestre 2016					2º Quadrimestre 2016				
	Jan.16	Fev.16	Mar.16	Abr.16	Total	Mai.16	Jun.16	Jul.16	Ago.16	Total
Fabricação de álcool	-60	52	643	581	1216	63	35	-27	-549	-478
Cultivo de Cana-De-Açúcar	13	142	317	619	1091	386	73	4	23	486
Cultivo de Soja	4931	2233	-2494	-3677	993	-1166	1102	1401	-551	786
Construção de Rodovias e Ferrovias	-106	183	383	483	943	317	40	188	212	757
Atividades de Apoio à Agricultura	402	94	-177	458	777	43	187	46	-70	206
Abate de Reses, Exceto Suínos	246	279	198	-2	721	29	-81	-37	-1375	-1464
Construção de Edifícios	290	105	-100	245	540	-132	-103	-260	-23	-518
Testes e Análises Técnicas	52	178	543	-270	503	-290	-21	68	-4	-247
Transporte Rodoviário de Carga	150	-57	120	222	435	-115	23	250	-72	86
Comércio Atacadista de Animais Vivos, Alimentos para Animais e Matérias-Primas Agrícolas, Exceto Café e Soja	470	367	-301	-206	330	11	117	64	-39	153
Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	14	74	56	97	241	105	-162	-95	-115	-267
Atividades de Atendimento Hospitalar	-18	16	101	136	235	8	15	-4	57	76
Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	10	203	-12	10	211	7	11	-23	18	13
Cultivo de Cereais	-100	28	219	52	199	-231	34	-99	259	-37
Limpeza em Prédios e em Domicílios	64	69	27	34	194	-105	-193	15	30	-253
Comércio Atacadista de Soja	333	378	-265	-255	191	-53	97	-116	-42	-114
Ensino Fundamental	-6	148	32	15	189	13	14	-38	21	10
Comércio Atacadista de Cereais e Leguminosas Beneficiados, Farinhas, Amidos e Féculas	193	332	-188	-188	149	-91	204	-24	-190	-101
Atividades de Contabilidade, Consultoria e Auditoria Contábil e Tributária	95	48	12	-7	148	-19	-22	2	-3	-42

Fonte: MTE/CAGED, 2016.

No segundo quadrimestre, a estagnação nos empregos no setor de “fabricação de álcool” e “cultivo de cana-de-açúcar” se deve à entressafra do produto. Conforme adiantado na análise da indústria, o setor de fabricação de álcool deve se contrair no quarto quadrimestre 2016, o que deve retrair os empregos ligados a cadeia da cana de açúcar.

Os empregos ligados a demanda do mercado externo vêm sofrendo quedas nas exportações. O câmbio é um fator que contribui na incerteza do contexto, pois quanto mais desvalorizado o real estiver, a priori, maior será a demanda, entretanto, os preços internos tenderiam a se elevar. Outro complicador da análise, já abordados nas primeiras sessões do trabalho, é que

EUA e China vêm crescendo economicamente menos, conseqüentemente tendem a diminuir suas importações, logo reduzir o consumo de commodities. Tal situação inibe o crescimento dessas atividades, barateando os preços, diminuindo lucros e desestimulando a criação de empregos.

Tabela 7. Rendimento Médio por grupamento de atividade no trabalho principal.

Grupamento de atividades no trabalho principal - PNADC	Tipo de Rendimento	Trimestre						Diferença entre o poder de compra real e aumento nominal (2T 2016 / 2T 2015) – R\$	Diferença entre o poder de compra real e aumento nominal (2T 2016 / 1T 2016) – R\$
		Jan-Mar 15	Abr-Jun 15	Jul-Set 15	Out-Dez 15	Jan-Mar 16	Abr-Jun 16		
Rendimento médio	Real	2.026	1.983	1.956	1.944	2.074	1.969	-14	-105
	Nominal	1.797	1.814	1.819	1.844	2.032	1.961	147	-71
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Real	1.864	1.855	1.732	1.914	1.829	1.836	-19	7
	Nominal	1.654	1.697	1.611	1.816	1.792	1.828	131	36
Indústria geral	Real	1.955	1.734	1.795	1.748	1.916	1.675	-59	-241
	Nominal	1.734	1.587	1.670	1.658	1.877	1.668	81	-209
Indústria de transformação	Real	1.955	1.623	1.748	1.729	1.821	1.578	-45	-243
	Nominal	1.735	1.485	1.625	1.640	1.784	1.571	86	-213
Construção	Real	1.912	1.778	1.984	1.793	1.667	1.730	-48	63
	Nominal	1.696	1.627	1.845	1.701	1.633	1.723	96	90
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	Real	2.027	1.829	1.856	1.811	2.070	1.932	103	-138
	Nominal	1.799	1.673	1.726	1.718	2.028	1.924	251	-104
Transporte, armazenagem e correio	Real	2.296	2.549	2.340	2.334	2.399	2.272	-277	-127
	Nominal	2.038	2.332	2.177	2.214	2.350	2.262	-70	-88
Alojamento e alimentação	Real	1.454	1.451	1.770	1.557	1.398	1.384	-67	-14
	Nominal	1.290	1.327	1.646	1.477	1.369	1.378	51	9
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	Real	2.603	2.510	2.462	2.613	2.632	2.562	52	-70
	Nominal	2.310	2.296	2.290	2.479	2.579	2.551	255	-28
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	Real	2.733	2.930	2.752	2.708	3.123	2.890	-40	-233
	Nominal	2.425	2.681	2.560	2.569	3.060	2.877	196	-183
Outro serviço	Real	1.596	1.471	1.444	1.727	1.617	1.565	94	-52
	Nominal	1.416	1.346	1.343	1.638	1.584	1.559	213	-25
Serviço doméstico	Real	760	782	756	819	954	835	53	-119
	Nominal	675	715	703	777	935	832	117	-103
Atividades mal definidas	Real	2.254	-	-	-	-	-	-	-
	Nominal	2.000	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, PNAD Contínua, 2016.

Nota: 1. O rendimento efetivo se refere ao valor recebido no mês anterior ao da coleta; 2. O rendimento está deflacionado (IPCA) para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

Diante todo o contexto econômico descrito ao longo do trabalho, a remuneração é o indicador final que totaliza os efeitos negativos e a gravidade da situação econômica tanto brasileira, quanto mato-grossense. Conforme se constata, é evidente a perda do poder real de compra do trabalhador em todas as atividades ao longo do período analisado. A retração do volume das exportações, retração da produção industrial, aumento da inflação, retração do crédito, elevação da inadimplência, retração de consumo do comércio e da quantidade demandada de serviços, redundam na eliminação de empregos. Com mais trabalhadores em busca de empregos, em uma economia em forte depressão, os rendimentos são pressionados, mesmo nominalmente, para baixo. Entretanto, o efeito mais negativo é a perda do poder de compra real dos trabalhadores (principalmente trabalhadores de menor renda), que compram cada vez menos, e por conseguinte, sofrem maiores dificuldade para se manterem.

Conclusão

O terceiro quadrimestre de 2016 e o primeiro quadrimestre de 2017 tem em comum, tanto para o Brasil, quanto para Mato Grosso, uma perspectiva produtiva menos otimista que sua referência em relação ao ano anterior. As atividades econômicas, amplamente assentadas neste trabalho de conjuntura, tendem em sua maioria a estagnação ou já estão em retração. Desta forma, as expectativas e confiança do setor produtivo para os períodos seguintes se tornam pessimistas. Uma redução na taxa de juros deve emergir nos próximos dois quadrimestres, o que pode influenciar positivamente, em algum nível, a economia interna. Entretanto as retomadas de investimentos produtivos de maior escala ainda não se evidenciam, bem como a retomada de consumo também ainda se encontra fora de um futuro próximo. O setor externo segue uma linha bastante complexa e a tentativa de um tracejado futuro de previsão qualitativa se torna muito importante porém complexa. EUA, China e os países da União Europeia enfrentam problemas econômicos e/ou financeiros. Desta forma, reverberações que venham a atingir o Brasil podem estar em curso.

Mato Grosso, como ente da federação, é apenas um agente espectador da dinâmica mundial, bem como é refém das manipulações macroeconômicas brasileiras realizadas pelo governo federal, (via Ministério da Fazenda, Banco Central e Bancos Públicos). Tal colocação é pertinente, dado que Mato Grosso, devido tal centralização, não possui mecanismos direto¹⁰ de interferência na macroeconomia. Todavia, em relação as ações possíveis e eficazes de incentivo a atividade econômica estadual, é preciso entender a necessidade de redução e simplificação da carga tributária e da burocracia (de modo amplo e de acesso a todos e nunca na forma de incentivos arbitrários com regras subjetivas e obscuras), pois apenas vantagens competitivas perante os outros estados podem estimular novos negócios e atrair investimentos produtivos, criando assim a possibilidade de emprego e renda para a população.

¹⁰Representantes políticos do estado, contudo, devem compreender e estar cientes das reformas e correções econômicas a serem feitas no âmbito do governo federal.

P ARTE 5 – FINANÇAS PÚBLICAS DE MATO GROSSO

A arrecadação de impostos federais (IRPF, IRPJ, CSLL, IPI, Cide-Combustíveis) em Mato Grosso fechou o segundo quadrimestre de 2016 com retração real de -1,6% em relação ao mesmo período de 2015. Essa retração está inserida num cenário de contração nacional e estadual que persiste desde 2011. Isso se deve a menor atividade empresarial, ao desemprego e queda do nível real de renda.

Tabela 8. Arrecadação de Impostos Federais em Mato Grosso, em mil reais a preços correntes, 1Q 2015 - 2Q 2016.

	IPI	IRPF	IRPJ	IOF	ITR	COFINS	CSLL	CIDE-COMB.	Total das Receitas*
1Q 2015	43.272	109.954	327.157	15.849	7.761	359.948	193.756	286	1.565.773
2Q 2015	35.797	127.548	223.555	22.819	9.538	379.832	140.931	256	1.452.744
3Q 2015	36.963	82.101	238.700	22.585	130.110	395.778	147.029	264	1.615.588
1Q 2016	31.472	119.609	346.506	18.915	10.607	380.543	215.201	271	1.685.142
2Q 2016	25.359	166.261	238.725	21.292	8.945	401.590	156.212	278	1.557.707
Var. Nominal 1Q 2016/15	-27,3%	8,8%	5,9%	19,3%	36,7%	5,7%	11,1%	-5,5%	7,6%
Var. Nominal 2Q 2016/15	-29,2%	30,4%	6,8%	-6,7%	-6,2%	5,7%	10,8%	8,7%	7,2%
Var. Real 1Q 2016/15	-34,0%	-0,7%	-3,8%	8,5%	24,6%	-3,8%	1,0%	-14,0%	-2,1%
Var. Real 2Q 2016/15	-35,0%	19,4%	-2,0%	-14,4%	-13,9%	-3,0%	1,8%	-0,3%	-1,6%

Fonte: Receita Federal do Brasil. Arrecadação das Receitas Federais por unidade da federação. Deflacionado pelo IPCA (mês base: agosto/2016)* Exceto Receita Previdenciária.

Quanto a arrecadação estadual, verificou-se no 2º quadrimestre de 2016 aumento real de 5,8% da receita tributária de Mato Grosso comparada a mesmo quadrimestre de 2015. A arrecadação do ICMS¹¹, principal imposto estadual (representa em torno de 79,0% da receita tributária estadual), apresentou variação real de 5,8% no 2º quadrimestre de 2016 em relação a 2015. A arrecadação do ICMS de Mato Grosso totalizou R\$5,450 bilhões no acumulado dos oito meses.

Apesar dos cortes de gastos da União, observou-se crescimento real das Transferências Correntes da União para o Governo de Mato Grosso de 15,0% no 2º quadrimestre de 2016/2015. Vale destacar que na soma dos dois quadrimestres a Receita Tributária e Transferências Correntes realizadas representaram 70,4% da Receita Corrente realizada.

Considerando dados do Ministério da Fazenda (CONFAZ/COTEPE), a arrecadação do ICMS do setor terciário de Mato Grosso representou 41,7% do ICMS total em 2015, contudo fechou no último ano com queda nominal de -0,2% em relação a 2014. A preços reais, esse resultado

¹¹ ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.

foi de -9,9% (**Ilustração 63**). O decréscimo no ICMS do setor terciário iniciou sutilmente em 2011/2012 e mais fortemente a partir de 2014.

Sendo o ICMS o principal imposto da receita tributária estadual e o setor terciário a principal fonte arrecadadora desse imposto, qualquer sinal de retração no comércio atacadista, comércio varejista, transportes e comunicação resultarão, diretamente, em menor receita de ICMS.

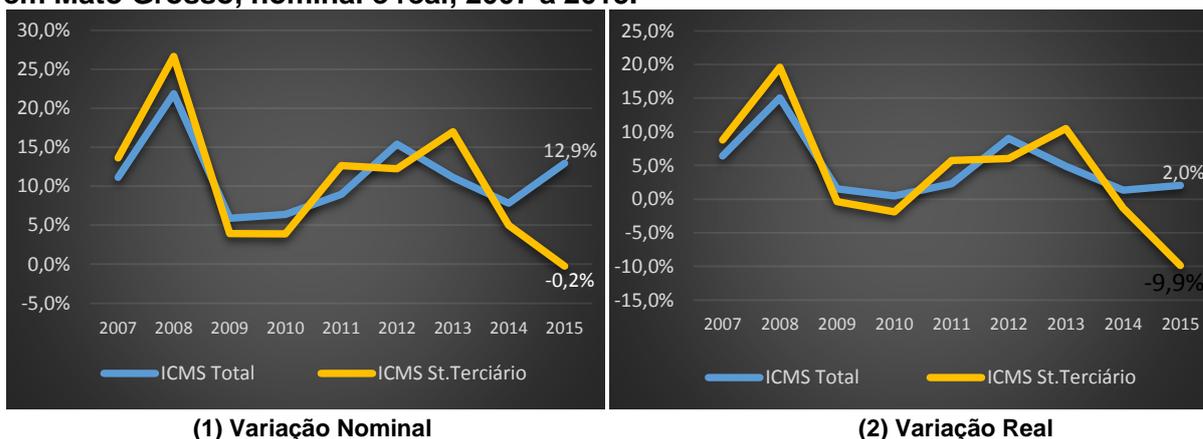
Tabela 9.Receitas Estaduais Realizadas em Mato Grosso, em mil reais a preços correntes, 1Q 2015 – 2Q 2016.

	Receita Corrente	Receita Tributária	Arrecadação do ICMS	Transferências Correntes	Arrecadação do ICMS (CONFAZ/COTEPE)
1Q 2015	5.078.104	2.890.129	2.335.450	1.255.407	2.753.597
2Q 2015	5.243.336	3.028.837	2.440.470	1.180.225	2.869.238
3Q 2015	6.056.672	3.384.228	3.002.543	1.467.588	3.455.169
1Q 2016	5.814.969	3.328.100	2.635.881	1.413.263	3.099.430
2Q 2016	6.041.917	3.490.006	2.814.172	1.478.596	3.223.434
Var. Nominal 1Q 2016/15	14,5%	15,2%	12,9%	12,6%	12,6%
Var. Nominal 2Q 2016/15	15,2%	15,2%	15,3%	25,3%	12,3%
Var. Real 1Q 2016/15	4,2%	4,8%	2,7%	2,3%	2,4%
Var. Real 2Q 2016/15	5,8%	5,8%	5,8%	15,0%	3,1%

Fonte: Portal Transparência MT. Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, 2015 e 2016.

¹Deflacionado pelo IPCA (mês base: agosto/2016)

Ilustração 64.Variação Percentual da Arrecadação do ICMS Total e do Setor Terciário em Mato Grosso, nominal e real, 2007 a 2015.

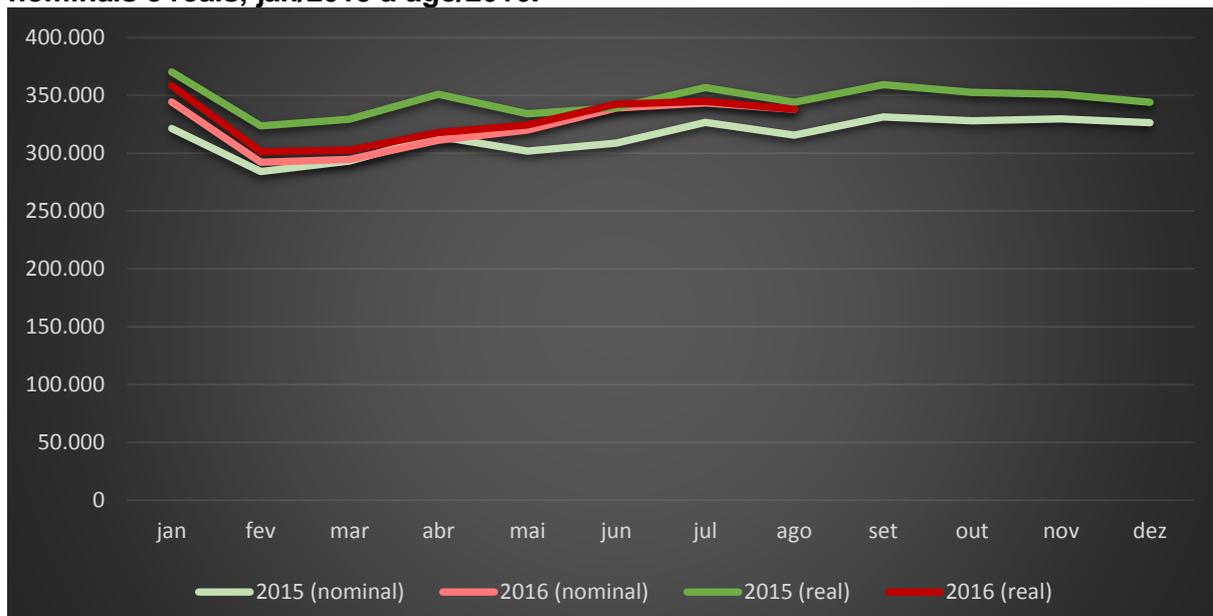


Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE). 2016.

A receita tributária estadual realizada vem se desempenhando satisfatoriamente em 2016, assim como as transferências correntes realizadas, pelo simples motivo de resultados positivos em relação a 2015 (descontando a inflação), bem como por atingir os valores previstos.

Contudo, é importante frisar que o resultado positivo nos dois quadrimestres de 2016 estão inseridos num contexto de forte retração no valor real da arrecadação estadual (**Ilustração 65**). Conforme apresentado o desempenho das atividades econômicas, que estão em forte queda, não se pode criar expectativas com os resultados das receitas tributárias para o próximo quadrimestre. A **Ilustração 65** mostra que, a preços reais, os resultados da arrecadação do ICMS do setor terciário estão inferiores a 2015 nos dois quadrimestres.

Ilustração 65. Arrecadação de ICMS do Setor Terciário em Mato Grosso, a preços nominais e reais, jan/2015 a ago/2016.



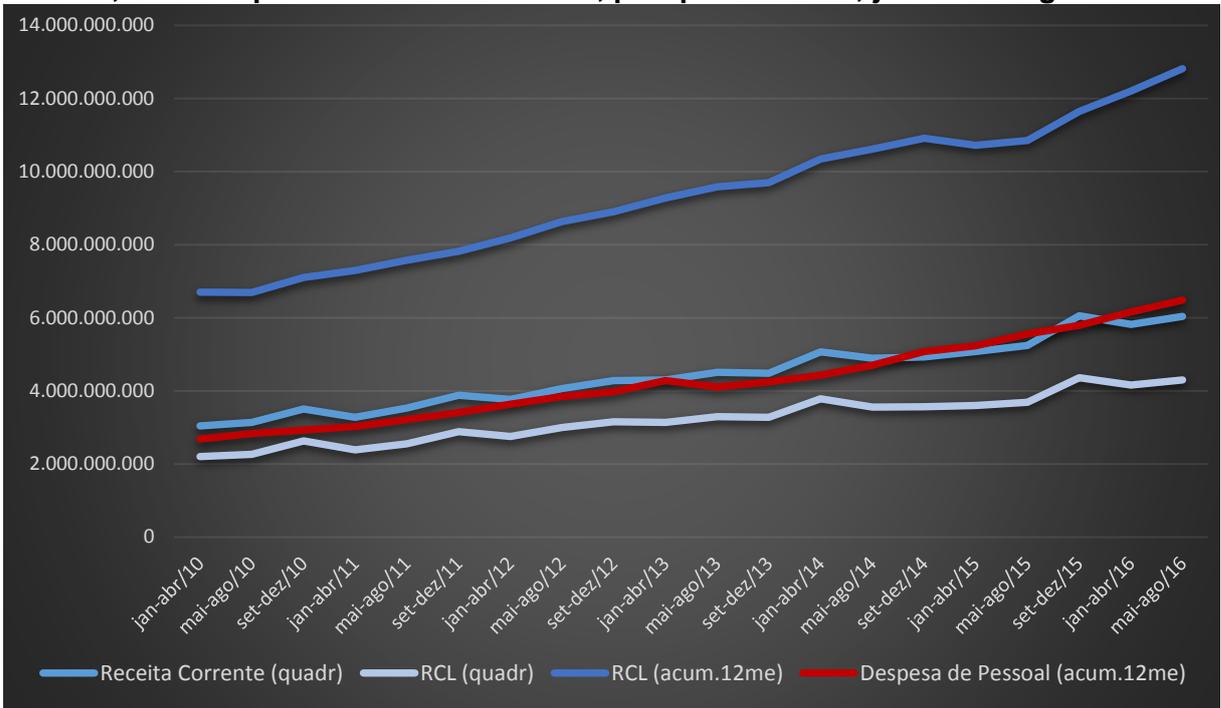
Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE). 2016.

Nas finanças públicas estaduais, menores níveis arrecadatórios são óbvios quando se tem retração das atividades econômicas e não se pode expandir a carga tributária (o que deprimiria ainda mais a economia), mas isso seguido de aumento de despesas superior a capacidade de arrecadação do estado, desestabiliza e deteriora as contas públicas.

Na **Ilustração 65**, percebe-se que a despesa de pessoal entrou em descompasso com receita corrente a partir do 3º quadrimestre de 2014, onde a receita corrente passa a apresentar sinais de retração e a despesa de pessoal, contrariamente, segue em dinâmica acentuada desde então. Depreende-se que a despesa de pessoal total distanciou do controle do governo, pois, a partir do 2º quadrimestre de 2015, o percentual da despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida ultrapassou o limite de 49% e persiste até então, mesmo após deduções conforme as orientações da Controladoria Geral do Estado¹² (**Ilustração 66**). Sendo a despesa de pessoal tão elevada, pouco resta ao setor público para cumprir suas funções mínimas e às quais deveriam ser restringidas.

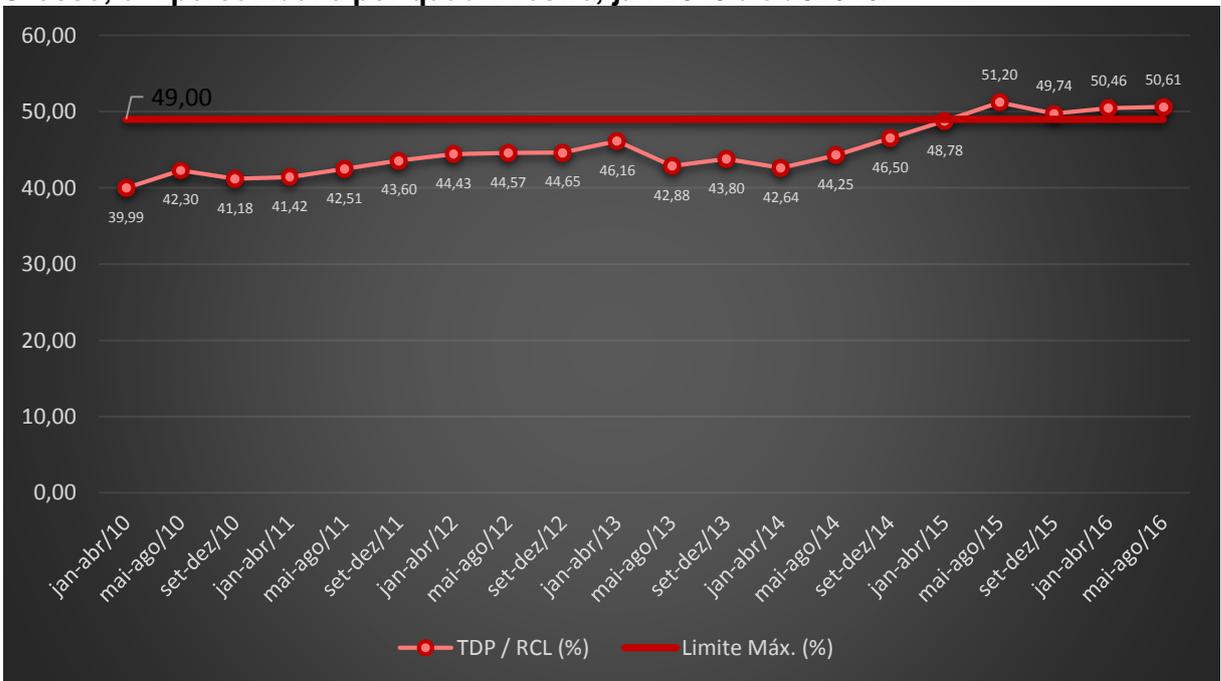
¹²Conforme Relatório de Gestão Fiscal no item “c” (parecer de auditoria nº 532/2015 da CGE, os valores das despesas de inativos e pensionistas do Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa pagos pela EGE-SAD foram excluído das despesas de pessoal do Executivo), item “d” (orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 25.512.770,88 das despesas de pessoal por serem outras despesas correntes, vide parecer 1256/2015) e item “e” (orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 27.998.825,23 das despesas de pessoal, vide parecer 409/2016).

Ilustração 66. Receita Corrente Realizada, Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal, no setor público em Mato Grosso, por quadrimestre, jan/2010 a ago/2016.



Fonte: Portal Transparência MT. Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2016.

Ilustração 67. Total da Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida, em Mato Grosso, em percentual e por quadrimestre, jan 2010 a abr/2016.



Fonte: Portal Transparência MT. Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2016.

Considerações Finais

A imposição da realidade econômica tende a colocar o governo do estado (conjunto de secretárias, órgãos, autarquias e empresas públicas e respectivo funcionalismo) em posição conflitante com as atividades econômicas, tendo em vista que a arrecadação advém, inerentemente, da tributação de tais atividades. Esse ponto é bastante importante, pois é preciso assimilar que a medida que o governo aumenta suas despesas, sem necessariamente haver por parte do setor privado uma elevação considerável da produção e faturamento, não há como este suportar o peso estatal, como a realidade tem diariamente afirmado. E mesmo que por um período políticas de fomento ao crédito elevem o consumo causando a impressão de riqueza eterna, esta certamente, será uma falsa impressão. Políticas de indexação de despesas fixas crescentes, sem a devida subordinação as receitas, (que tem natureza variável de acordo com a dinâmica econômica), vão consecutivamente provocar crises financeiras nas contas públicas.

Elaborado por:

Júnior José Amorim

Economista – Analista de Conjuntura

junioramorim@seplan.mt.gov.br

Vallência Maíra Gomes

Economista – Analista de Conjuntura

vallenciagomes@seplan.mt.gov.br